

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS**

**EXPROPRIAÇÕES E TRABALHADORAS NEGRAS NO
CAPITALISMO BRASILEIRO: Cor, suor e marcas**

THAINÁ SANTANA DOS SANTOS

**CACHOEIRA – BA
2024**

EXPROPRIAÇÕES E TRABALHADORAS NEGRAS NO CAPITALISMO BRASILEIRO: Cor, suor e marcas

Thainá Santana dos Santos
Bacharel em Serviço Social
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Política Social e Territórios. Área de Concentração: Trabalho, questão social e serviço social.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Rosenária Ferraz de Souza.

**CACHOEIRA – BA
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

S237e	Santos, Thainá Santana dos. Expropriações e trabalhadoras negras no capitalismo brasileiro: cor, suor e marcas / Thainá Santana dos Santos._ Cachoeira, BA, 2024. 88f.; il. (Dissertação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios. Orientadora: Prof. Dra. Rosenária Ferraz de Souza. 1.Mulheres – Negras – Trabalho. 3.Mulheres – Condições sociais. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II.Título. CDD: 299.8
-------	---

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

THAINÁ SANTANA DOS SANTOS

**EXPROPRIAÇÕES E TRABALHADORAS NEGRAS NO CAPITALISMO
BRASILEIRO: Cor, suor e marcas**

Dissertação submetida à avaliação para
obtenção do grau de Mestre(a) em Serviço
Social pelo Programa de Pós- Graduação
em Política Social e Territórios da
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia.

Aprovada em: 23 de dezembro de 2024

EXAMINADORES(AS):

Documento assinado digitalmente
ROSENÁRIA FERRAZ DE SOUZA
Data: 16/03/2025 15:56:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.(a). Dr.(a). Rosenária Ferraz de Souza
(UFRB – Orientador(a))

Documento assinado digitalmente
SIMONE BRANDÃO SOUZA
Data: 16/03/2025 13:41:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.(a). Dr.(a). Simone Brandão Souza
(UFRB – Examinador(a) Interno(a))

Marcia da Silva Clemente

Prof.(a). Dr.(a). Márcia da Silva Clemente
(UFRB – Examinador(a) Externo(a) ao Programa)

Documento assinado digitalmente
SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS
Data: 16/03/2025 21:03:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.(a). Dr.(a). Silvana Mara de Moraes dos Santos
(UFRN – Examinador(a) Externo(a) à Instituição)

**CACHOEIRA – BA
2024**

DEDICATÓRIA

A minha avó Raimunda *in memoriam* e a minha avó Matildes abundantes águas correntezas que me banhei de amor. Estendo a dedicatória ao conjunto de trabalhadoras vitimadas pelas virulências do mundo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Deixo meus registros de imensa gratidão pelo desfecho dessa desafiadora trajetória de mestrado. A emoção transborda, assim como as águas de um rio à noite. Assim caminho por entre muitos e muitas que me abraçaram: agradecida e extasiada. Enquanto escrevo esses agradecimentos visito felizes lembranças de quantas pessoas passaram pelo meu caminho, me abrigo e me conforto nessas memórias. Sou infinitamente grata a todas elas, que conheceram muitas versões que fui até finalizar este trabalho, nesta dura travessia de incertezas e percalços, de adoecimento pelo labor, desemprego, precarização do trabalho e, enfim, é chegada a hora de conclusão deste ciclo.

À espiritualidade que me guarda, Deus em sua bondade, aos orixás, encantados e forças da natureza, por não me abandonarem em nenhum momento.

Agradeço a ancestralidade que me guiou e sustentou a todo tempo no desenvolvimento desta dissertação, sou grata por todos os sonhos e memórias coletivas que estão entranhadas em mim.

À minha mãe, Rita Santana, quem me empresta seus olhos d'água como espelho, o teu incontido amor fez enxergar a possibilidade de alcançar este título. Ao meu pai, Roque Santana, nossas parecenças que nos unem ajudaram todo processo, todo teu cuidado me curou a vida inteira.

À minha orientadora, a Profa. Dra. Rosenária Ferraz, que ousou confiar na pertinência deste estudo e na minha capacidade enquanto pesquisadora, agradeço o incentivo entusiasta de todos os momentos de fraqueza e pela amizade que de bom tempo encontro em ti, mais do que a alegria de dividir a construção de uma dissertação, divido contigo este sonho de ser mestra.

Deixo meus registros de gratidão e afeto ao Prof. Dr. Bruno Durães, orientador da graduação, por este trabalho que é desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso, sigo grata pelas infinitas trocas que realizamos, foram cruciais para minha inserção no mestrado, te agradeço pelo incentivo e compromisso.

Aos professores que estiveram na composição da banca, a Profa. Dra. Silvana Mara, a Profa. Dra. Simone Brandão e Profa. Dra. Márcia Clemente, agradeço a recepção e a acolhida cuidadosa, por terem lido e avaliado meu trabalho.

A Prof. Dra. Ilzamar Pereira, que acompanhou meu tirocínio docente, teu compromisso desmedido pela profissão me inspirou, estendo meus agradecimentos à turma que me acolheu.

À instituição de fomento FAPESB, pelo incentivo financeiro que possibilitou a permanência qualificada por certo período e aquisição de material.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, primeira morada acadêmica, tenho infinita gratidão a todos trabalhadores e trabalhadoras - docentes, servidores técnicos, discentes - que fazem desta universidade negra e resistente. Agradeço em especial ao Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios por essa oportunidade, pelo apoio e pelo fortalecimento.

A tantos afetos vividos e partilhados direciono meus agradecimentos, a toda a minha grande família, em todos os cantos da Bahia, Brasil e do mundo, meus primos e primas, tios e tias, minha avó - a quem dedico essa dissertação - e demais parentes. As boas amizades que cultivo, novos amigos e de longa data, certo dia ouvir dizer que as amizades são ruas seguras que podemos sempre voltar. Aos meus amigos que foram colo em meus piores momentos: Lorena França, Marcos Oliveira, Camila Vieira, Tatielle Valois, Simone Lacerda, Ediane Santana, Patrícia Cruz, Wagner Souza da Encarnação, Keysa Oliveira, Karina Cerqueira, Evanildo Queiroz, Daniele Sampaio, Zaira Silveira, Clícia Carolaine, Ana Maria e, em especial, a Rodrigo Queiroz que revisou cuidadosamente e carinhosamente este escrito.

Aos afetos recentes que me ofertaram apoio e cuidado, incentivo para buscar fôlego, agradeço a Clara Machado e a Marta Barros, colegas e parceiras de trabalho atualmente.

Agradeço a Imo, que nutro carinho e cuidado, como alguém que esteve apoiando e dedicando tempo e energia para que concluísse essa etapa.

Ao conjunto de trabalhadores que se referenciam no SUAS e aos defensores de direitos humanos, agradeço por terem lembrado o sentido de ser pesquisadora, a vida de todos e todas vocês me deram a inspiração necessária para seguir lutando.

A minha psicóloga Thacia Leão que ofertou lugar seguro e de afetividade em inúmeros momentos de desânimo, pelo profissionalismo e compromisso, por ter colaborado para que lidasse com meus conflitos de cunho existencial.

Ao NATOSS, coordenado pela Profa. Rosenária Ferraz, grupo de estudos e pesquisa, companheiras aguerridas e intelectuais de grandeza colossal, obrigada pelas trocas ricas.

Ao CafUNé, Cozinha dos Afetos para Universitárias Negras, Programa de Extensão da UFRB, coordenado pela Profa. Dra. Maicelma, pela amorosa participação privilegiada.

Finalmente, como uma mulher negra em diáspora, não poderia poupar agradecimentos às escritoras e escritores negros, militantes e ativistas, e toda luta negra organizada que se faz presente por entre essas linhas, que possamos construir um futuro ancestral.

EPÍGRAFE

Enquanto eu escrevo

Às vezes eu temo escrever.
A escrita adentra o medo
Para que eu não possa escapar de tantas
Construções coloniais
Nesse mundo
Eu sou vista como um corpo que
Não pode produzir conhecimento
Como um corpo fora do lugar
Eu que, enquanto escrevo.
Cada palavra escolhida por mim
Será examinada
E, provavelmente, deslegitimada.
Então, por que eu escrevo?
Eu tenho que fazê-lo
Eu estou incrustada numa história
De silêncios impostos,
De vozes torturadas,
De línguas interrompidas por
Idiomas forçados e
Interrompidas falas
E eu estou rodeada por
Espaços brancos,
Onde dificilmente eu posso adentrar e permanecer.
Então, por que eu escrevo?
Escrevo, quase como na obrigação
Para encontrar a mim mesma
Enquanto eu escrevo
Eu não sou o Outro
Mas a própria voz
Não o objeto
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora,
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminedou
Eu retorno a mim mesma
Eu me torno.

Grada Kilomba

(tradução livre do texto "WHILE I WRITE" de Grada Kilomba, feita por Anne Caroline Quiangala – UNB)

EXPROPRIAÇÕES E TRABALHADORAS NEGRAS NO CAPITALISMO BRASILEIRO: Cor, suor e marcas

RESUMO: Esta dissertação apresenta uma análise sobre as expropriações no capitalismo dependente, nas quais as trabalhadoras negras estão imersas nas diversas contradições no contexto brasileiro. O estudo ora proposto é produto final ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Consiste em um ensaio teórico, resultado de análise bibliográfica, que objetiva apresentar os significados sociais de forma conceituada da expropriação e as opressões estruturais e estruturantes de raça e gênero. Reúne elementos históricos que desvelam processos contemporâneos de expropriação, vivenciados pelas mulheres negras, por base de revisão bibliográfica de livros, teses e artigos científicos públicos e análises de documentos e relatórios técnicos, relacionados à temática. O objeto em tela pousa no debate amplo das transformações da categoria de expropriação do trabalho, em que se inserem profundos e complexos elementos, de um longo processo de submissão direcionados às mulheres negras. Na esteira desse diálogo, ensejamos reflexões sobre as várias facetas da superexploração do trabalho, destacando as relações sociais vigentes como resultado do trabalho compulsório e maus tratos pela escravidão. Compreende que a construção singular de um capitalismo tipicamente dependente, no caso brasileiro, fundada em uma específica exploração do trabalho e na retirada de meios de vida, promoveu cerceio de múltiplas possibilidades de sobrevivência e a construção subjetiva de trabalhadoras negras. Diante da potência explicativa das relações subsequentes e originárias na acumulação primitiva, por meio da violência, a pesquisa ancora-se na premissa de que esta condição, que proporcionou a separação do trabalho dos meios de produção, explica o subalterno lugar ocupado pela classe trabalhadora. Esta separação, em Marx, denomina-se expropriação, que utilizamos como cerne do debate. As referências que orientam este estudo versam sobre aspectos centrais acerca da formação social brasileira, entre clássicos e contemporâneos da teoria histórico-crítica; as categorias trabalho e expropriação; e estudos voltados à discussão de gênero e raça, sobretudo a partir do debate do marxismo negro e feminismo negro. Em outras palavras, intentam-se aproximações com estes eixos de subordinação, sua relação viva, contraditória, compulsiva e orgânica, que se transformam na história. A perspectiva de análise adotada fundamenta-se no método do materialismo histórico-dialético, e visa como uma síntese aproximada ao caminho de volta a partir do marxismo negro e do feminismo negro. Este estudo estruturou-se em três sessões. A primeira delas recupera aspectos estudos sobre a formação da ordem burguesa no Brasil, situada no regime escravocrata e inserção marginal e dependente no capitalismo. A sessão que segue compromete a observar as expropriações a partir de cruzamento de experiências conhecidas por mulheres negras, fundamentadas a partir de estudos e dados públicos, disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho OIT que justificam como, sistematicamente, a exploração do trabalho impulsionadas pelas estratégias de expropriação alteram as relações concretas dos indivíduos na experiência das mulheres negras. A partir dessa análise, na última sessão foi possível apreender que as expropriações, enquanto categoria analítica, não se resumem apenas à retirada da promessa de atender as necessidades materiais objetivas, mas

apontam os limites para a realização subjetiva. Por fim, os resultados dessa pesquisa evidenciam a vigência das expropriações às trabalhadoras negras, incorporada na retirada e usurpação de direitos sociais a este grupo específico.

Palavras-Chave: Expropriação; Mulheres negras; Superexploração; Trabalho; Trabalhadoras negras.

EXPROPRIATIONS AND BLACK WORKERS IN BRAZILIAN CAPITALISM: Color, sweat and brands

ABSTRACT: This dissertation presents an analysis of the expropriation of capital in dependent capitalism, in which black women workers are immersed in the various contradictions in the Brazilian context. The study proposed here is the final product of the Postgraduate Program of the Master's Degree in Social Policy and Territories of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). It consists of a theoretical essay, the result of a bibliographic analysis, which aims to analyze the social meanings of expropriation and the structural and structuring oppressions of race and gender in a conceptual way. It brings together historical elements that reveal contemporary processes of expropriation experienced by black women, based on a bibliographic review of books, theses and public scientific articles and analyses of documents and technical reports related to the theme. The object in question rests on the broad debate of the transformations of the category of labor expropriation, in which deep and complex elements of a long process of submission directed at black women are inserted. In the wake of this dialogue, we encourage reflections on the various facets of the overexploitation of labor, highlighting the prevailing social relations as a result of forced labor and mistreatment due to slavery. It is understood that the singular construction of a typically dependent capitalism, in the Brazilian case, based on a specific exploitation of labor and the withdrawal of means of subsistence, promoted the curtailment of multiple possibilities of survival and the subjective construction of black women workers. Given the explanatory power of subsequent and original relations in primitive accumulation, through violence, the research is anchored in the premise that this condition, which provided the separation of labor from the means of production, explains the subordinate place occupied by the working class. This separation, in Marx, is called expropriation, which we use as the core of the debate. The references that guide this study deal with central aspects of the Brazilian social formation, among classics and contemporaries of historical-critical theory; the categories labor and expropriation; and studies focused on the discussion of gender and race, especially from the debate on black Marxism and black feminism. In other words, we attempt to approach these axes of subordination, their living, contradictory, compulsive and organic relationship, which are transformed in history. The adopted analytical perspective is based on the method of dialectical historical materialism, and aims as an approximate synthesis of the path back from black Marxism and black feminism. This study was structured in three sessions. The first of them recovers aspects of studies on the formation of the bourgeois order in Brazil, situated in the slave regime and marginal and dependent insertion in capital. The following session undertakes to observe expropriations from the point of view of the intersection of experiences known to black women, based on studies and public data, made available by the International Labor Organization (ILO), which justify how the exploitation of labor driven by expropriation strategies systematically alters the concrete relationships of individuals in the context of the entire experience of black women. From this analysis, in the last session it was possible to understand that expropriations, as an analytical category, are not limited to the withdrawal of the promise to meet objective material needs, but point to the limits to subjective fulfillment. Finally, the results of this research demonstrate the validity of expropriations of black women workers, embodied in the reduction and withdrawal of social rights for this specific group.

Keywords: Expropriation; Black women; Overexploitation; Work; Black women workers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
MNU	Movimento Negro Unificado
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS: Implicações entre pesquisadora e objeto	15
CAPÍTULO I – ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: Formação social brasileira na transição do regime escravocrata à sociedade de classes	28
1.1 AS TRAMAS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO BRASIL: Elementos constitutivos do regime escravocrata à ordem capitalista	29
1.2 SOCIEDADE DE CLASSES À BRASILEIRA: Particularidades do capitalismo de natureza dependente	38
CAPÍTULO II – EXPROPRIAÇÕES DO TRABALHO PARA MULHERES NEGRAS: Estratégias de dominação e superexploração.	50
2.1 EXPROPRIAÇÕES E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NEGRO E FEMININO NO BRASIL	52
2.2 PECULIARIDADES DO TRABALHO PARA AS MULHERES NEGRAS	59
CAPÍTULO III – UM POSSÍVEL CAMINHO DE VOLTA?: Leitura das expropriações por meio do marxismo negro e do feminismo negro	66
3.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS	69
3.2 ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS	71
3.3 MARXISMO NEGRO E FEMINISMO NEGRO: chave para interpretação da expropriação	76
NOTAS FINAIS: O sangue, o suor e a raça	82
REFERÊNCIAS	85

NOTAS INTRODUTÓRIAS: Implicações entre pesquisadora e objeto.

Este estudo apresenta elementos essenciais à reflexão sobre expropriação e trabalhadoras negras no marco histórico-concreto-crítico do capitalismo dependente brasileiro. É sabido que a expropriação, à luz da teoria social marxiana e da tradição marxista, se constitui em múltiplos processos que reforçam continuamente a subjugação de toda a classe trabalhadora e imprime a necessidade de inserir-se na competitividade sub-humana e explorada do mundo do trabalho.

Nesse contexto de investigação, o destaque particular é compreender como as diversas formas de expropriações incidem nas mulheres negras no Brasil em condições de capitalismo dependente. Em primeiro plano, almejava-se como plano de pesquisa a construção de um estudo de caso, como alternativa metodológica para examinar e analisar em profundidade acontecimentos contemporâneos mediados por subsídios onto-críticos. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, por fatores subjetivos e objetivos, na dimensão do possível, reestruturamos o roteiro de pesquisa para apreender categorias analíticas a partir de metodologia majoritariamente qualitativa contida na revisão bibliográfica e análise documental.

Com fins de aproximar o leitor à pesquisa que apresenta-se, imprimo explícitas marcas subjetivas. A intenção é ultrapassar as constatações aparentemente neutras das escolhas epistemológicas, e revelar o percurso de encontro a este objeto de análise, baseado na perspectiva de *escrevivências*, cunhada pela escritora e pensadora Conceição Evaristo.

Parte da experiência sensível no mundo, através da narração dos fatos ocorridos, esse movimento demonstra ter a capacidade de deixar visível as inquietações que fomentaram este trabalho. Em vista disso, proponho preservar o caráter narrativo da escritora, por meio da minha trajetória alicerçada à história de vida de minha avó materna, Raimunda Correia, que chamo carinhosamente de “Vó Vivi”, e de minha mãe Rita Santana.

“A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo”

(Conceição Evaristo)

Nasci em uma cidade do interior baiano chamada Amargosa que transita entre o território de identidade do Recôncavo Sul baiano e o Vale do Jiquiriçá, localizado geograficamente ao centro-sul da Bahia. Neste chão que se moldou a história de minha família, a matriarca, minha avó Vivi, nasceu e morou por um bom tempo na zona rural do município, região que dá-se o nome de Itachama (distrito de Amargosa). Quando a rememoro, lembro-me fortemente um de seus últimos momentos comigo, me ensinando o ofício de “remendar” retalhos de pano para os tapetes que fazia, com a pouca paciência que lhe restava.

Enquanto eu, menina, ensinava ensinar o bordado vagonete que havia aprendido a pouco tempo. Não nego o afeto nostálgico dessa lembrança. Ao mesmo tempo, confiro a esta lembrança um lugar-comum ao processo de socialização de outras mulheres: Era comum que as minhas mais velhas me ensinassem um pouco de tudo que se refere à afazeres domésticos e funções compreendidas como femininas. Dos cuidados com a casa, aos ofícios de bordados e pinturas em toalha de prato. Contudo, os ternos laços familiares e de afeto que pude construir com minha avó não se alicerçaram somente nesses seus ensinamentos, tampouco em sua imagem enquanto a figura de mulher devotada à função de esposa e mãe.

Para mim, minha avó Vivi representa *matripotência*, força, fertilidade e vitalidade, em termos de ancestralidade. Era descendente indígena, fenotipicamente negra, trabalhadora rural, sem acesso ao ensino formal que, por um certo período, exerceu o trabalho agrícola na produção de café. Sabe-se por base de relatos orais, sobretudo por lembranças de minha avó paterna, Matildes, a Nenzinha como a chamamos, que quando jovem, a minha avó Vivi colhia café na plantação de seu pai, Severiano Lucas, meu bisavô paterno. Estes fatos ocorrem por volta da década dos anos de 1950, quando o café já não era a principal atividade econômica da cidade. Entretanto, permanecia fonte de renda da agricultura familiar.

Em uma breve contextualização: A cultura cafeeira amargosense entre 1920 a 1930, era extremamente forte, de modo a construir a identidade ao município de pequena São Paulo, devido ao domínio econômico do café resultante de grande poderio a cidade. A exportação do café no Estado da Bahia no século XIX, elevou o estado ao “mais dinâmico do país”. Esta forte influência econômica e social, se soma com o poder exercido pela Igreja Católica, em decorrência de Amargosa ter sido a primeira diocese da região. No final da década de 30, a cidade e todo território

brasileiro, são brutalmente impactados pela crise internacional de 29, impedido escoar a principal, até então, mercadoria produzida.

O declínio da produção de café representou grande transformação na economia amargosense. Mais que os aspectos físicos e, puramente, econômicos, se transmutam em aspectos sociais, políticos e culturais, diante das circunstâncias inscritas na história. Tais condições afetaram diretamente a população campesina, que não obtivera mais suporte para a sua subsistência. Entre os limites e alcances dessa terra, em um longínquo desenrolar histórico, a minha família forjou-se marcada pela vida no campo e o trabalho agrícola. Ao mesmo tempo, fora fortemente atravessada pelo êxodo rural, principalmente no que se refere ao fluxo migratório para o sudeste, especialmente para a cidade de São Paulo. Não ocorreu diferente para a minha avó Vivi que, com seu esposo, meu avô Vilarino, se aventuraram rumo à capital paulistana. Desconfio que enxergavam este deslocamento enquanto possibilidade real de superação da pobreza. Desse modo, seguiram em busca de condições sociais mais adequadas devido a grande concentração de indústrias, sinônimo de empregabilidade na época.

“A voz de minha mãe ecoou baixinho
revolta no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas roupas
sujas dos brancos pelo caminho
empoeirado rumo à favela”

(Conceição Evaristo)

Permaneceram por cerca de quatro anos em São Paulo e retornaram à zona rural do município de Amargosa e, pouco tempo depois, quando se deslocaram à cidade de Salvador, capital da Bahia, em busca de inserção no mercado de trabalho formal, algo que lhes oferecesse subsídios para manutenção da esfera privada de suas vidas. Na capital, nasce a minha mãe, que diferente de mim e de minha avó não é interiorana de nascença, muito embora, tenha vivido a maior parte de sua vida em Amargosa. A minha mãe teve seu primeiro filho, meu irmão Thiago Santos, jovem, aos dezesseis anos. Em decorrência disso, dividia-se entre a maternidade e o trabalho informal, enquanto manicure e, em outros momentos, cuidadora.

Mesmo assim, a minha mãe pôde concluir o ensino médio e, mais recentemente, em 2017, ingressar em uma Universidade pública, no curso de Bacharelado em Pedagogia pela UFRB. Trabalhou por certo tempo como empregada doméstica e babá, com o passar dos anos se alocou no comércio local da cidade de

Amargosa, onde poderia se inserir, devido sua escolaridade e as oportunidades disponíveis na cidade. Pouco tempo depois, casou-se e engravidou novamente, desta vez de mim e, ante a necessidade de ampliar a sua renda, se inseriu na indústria calçadista, onde permaneceu por exatos doze anos desempenhando a função de operária, trabalho assalariado e regulamentado.

Leio que minha mãe não teve a oportunidade real de produzir um projeto de vida para si mesma, o que se assemelha à sua mãe que da mesma forma não o forjou. Destaco que não puderam criar projeções reais que se desvirtuem da restrita construção e manutenção da família nuclear e monogâmica – formas que circundam e estruturam a sociedade em que vivemos –, pois, eram impensáveis no modo que performavam suas vidas. Recordo-me de uma passagem literária da obra “A hora da Estrela” de Clarisse Lispector (1999, p.34) que, embora não tenha papel conceitual aqui, muito diz respeito sobre a socialização das mulheres, quando diz: “[...] o destino da mulher é ser mulher [...]”. E ser mulher nas bases sólidas do patriarcado, enquanto um sistema estruturante, não se baseia em construir narrativas que estejam ligadas às satisfações pessoais, a exemplo da construção de uma carreira, mas em uma reprodução social dos papéis limitantes e essencialistas decididos por gênero.

“A minha voz ainda
ecoava versos perplexos
com rimas de sangue e fome”.

(Conceição Evaristo)

As últimas gerações, mesmo com perpetuação do machismo e sexismo, tendem a se desassociar da imagem feminina de forma restrita da esfera doméstica, em um ensaio à ruptura me incluo nesta geração. Frases como: “você deve estudar, para não passar a vida com o ‘pé da barriga’ na ‘boca do fogão’” foram essenciais na minha formação humana. Questões importantes no incentivo e no próprio desejo de inserção na Universidade. Pensar em uma graduação neste sentido, – por base de uma leitura um tanto quanto romantizada –, portanto, estaria intimamente ligado à inserção imediata no mercado de trabalho e, logo, em novas condições de existência, o que destoa um pouco do contexto do mundo do labor.

Em síntese, o desejo de investigar o trabalho desempenhado por mulheres negras em contexto de expropriação, - vivenciado, surge da trajetória da minha mãe, como uma lupa para as infinitudes de inquietações que nutro acerca do trabalho, mas, sobretudo, da força de trabalho feminina e negra. Ora, a vivência no ambiente

acadêmico me presenteou com a oportunidade de ampliar as noções de mundo e ressignificar minha existência. A teoria social marxiana e a tradição marxista me permitiram aproximações para ampliar a discussão de gênero. O feminismo materialista facultou em robustecer o debate acerca do marxismo. Neste mesmo diálogo, a agência política no Movimento Negro Unificado e o vínculo consciente com o pensamento anticolonial e anticapitalista colaborou, substancialmente, em amadurecer o debate das questões raciais e da discriminação racial. Esta interação mútua possibilitou repensar os papéis rígidos, socialmente construídos; empregados às mulheres negras, e como estes mesmos papéis tendem a decidir nossa existência.

O texto em epígrafe “Enquanto eu escrevo” de autoria da psiquiatra, artista interdisciplinar e escritora Grada Kilomba, reafirma e, mais uma vez, justifica a escolha desta temática. Este trabalho se propõe a desobedecer a permanente ausência de nossas narrativas, a partir de uma longa construção de acúmulo de conhecimento – que aqui apenas germina. O silenciamento das mulheres negras e, estruturalmente, a negação e inferiorização de nossas intelectualidades e nossas existências é entrave gigantesco, ainda no tempo presente, para nos afirmar academicamente.

Parafraseando Lélia Gonzalez (1988), considero que essa “consciência desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado ‘inferior’” (p.74)

Esta pesquisa pretende abordar as expropriações relacionadas às trabalhadoras negras em dinâmica de capitalismo dependente, no caso brasileiro. Trata-se de um desdobramento de um estudo elaborado no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: “‘Nervos à flor da pele’: Trabalho feminino e sofrimento mental em uma indústria calçadista no interior da Bahia”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Consiste em pesquisa elaborada do Programa de Mestrado em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Este movimento de retorno ao objeto investigado, dando maior relevo a categorias as quais destacamos, conforma-se com o método do materialismo histórico dialético, base de todo este estudo. O método da teoria social em Karl Marx está

imbricado na investigação do que há de “mais simples historicamente”¹, mediados com as categorias centrais para o alcance da exposição do objeto em seu movimento no real. Sob os termos do autor supracitado, baseia-se em “elevar-se do abstrato ao concreto”, de modo que consiga no campo teleológico, ou seja, no pensamento, aproximar-se do concreto, “para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta”, o concreto pensado (Marx, 2008, p. 259).

Enquanto caminhos do processo científico, a pesquisa qualitativa por base de bibliografias e revisão documental ofertará aprofundamento das análises. A leitura, como assinalado, passa pelos clássicos e contemporâneos da teoria crítica e do pensamento radical. A pesquisa documental realizou-se a partir de legislações, relatórios e dados públicos que se relacionem com a temática exposta. Ainda sobre o método em Marx, sabe-se que tem como síntese a mercadoria², a produção material da vida humana no sistema capitalista. Marx desvirtua-se, portanto, de uma concepção idealista hegeliana, aclamada em sua época, e abre o flanco para uma concepção materialista e histórica de compreensão da realidade social. O grande esforço de Karl Marx, marcado por um longo processo de maturação de seus escritos, resultou em uma obra que busca esmiuçar a vida social a partir das determinações sociais e na história, construídas na sociedade de classes. Em suma, o método colabora para compreensão de como as categorias se movimentam.

Em vista dessas considerações, afirma-se que o método como categoria de análise, em um movimento de síntese e antítese, da totalidade e particularidades, nos parece o ideal. Ao mesmo tempo, enseja-se um diálogo em atualização do marxismo pelo debate de gênero e raça, e vice-versa. Nos deixaremos conduzir por análise norteadas pela tradição marxista e a teoria marxiana que consiga pensar em uma base feminista e radical – mais precisamente, por base do marxismo negro e feminismo negro, como caminho interpretativo da realidade.

A partir deste prisma, a teoria da reprodução social pode enveredar o debate do processo de sociabilidade humana, em especial das mulheres negras. Esta diz respeito a uma série de atividades que:

¹MARX, Karl. Comentários sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política, De Karl Marx. In: MARX, Karl. “Contribuição à Crítica da Economia Política”. São Paulo: Expressão Popular, 2008. A referência destacada se refere a um anexo do livro mencionado, escrito por Friedrich Engels de 1859, até então nunca publicado, que tece comentários quanto ao método em Marx.

²MARX, Karl. A mercadoria. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2002.

[...]sustentam os seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro (Arruzza *et al.*, 2019, p. 106).

Destarte, levando em consideração a construção histórica do papel das mulheres, decidido pela ideologia de gênero, o trabalho doméstico³ e do cuidado, essencializado à condição feminina, tem contribuído substancialmente a acumulação capitalista.

Lise Vogel (1995) em seu escrito “*Woman questions: Essays for a Materialist Feminism*” [Perguntas de mulheres: Ensaio para um Feminismo Materialista se dedica a explicar a concepção unitária, tendo o capitalismo como totalidade, o que foge de caráter duplo da reprodução e produção da vida, sob os termos da autora, contraditória. Lise Vogel (1995, n.p.), constroi uma crítica a Engels, mais especificamente do texto “*The Origin of the Family, Private Property and the State*” [A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado]. Para ela, o escrito, embora seja uma “tentativa de tornar as mulheres visíveis dentro da teoria social”, comete equívoco em não relacionar as duas esferas da produção social e da reprodução de seres humanos. Neste ponto, queríamos deixar em destaque o papel deste clássico de Engels, especialmente, uma das ricas contribuições que aqui nos interessa.

Estaria na historicização⁴ da dominação e a subordinação do homem e do aparelho estatal em relação a mulher – enquanto grupo dominado e não proprietário dos meios de produção – de modo a apresentar em certas similitudes as contradições das lutas de classes. Com destaque a estas duas esferas da vida humana (produção capitalista e reprodução da vida humana). Deste mesmo modo, a produção de conhecimento científico não se dá de forma estanque e estática, mas sim, norteadas pelo acúmulo contínuo e reatualização constante. Nesse sentido, trouxemos lado a lado as contribuições dos autores, não para estender mecanicamente seus pensamentos nem tampouco enxertar a teoria crítica a partir da leitura feminista, mas construir um diálogo permanente.

Lise Vogel (1995, p.49) escreve que tal equívoco tenha contribuído para distorções teóricas, que descrevem “o capitalismo e o patriarcado como sistemas separados” e este fato “endossou um novo tipo de política baseada em alianças entre

³Segundo Angela Davis (2016) o trabalho doméstico é um produto dinâmico da história humana, nem sempre foi o que é hoje.

⁴Engels, 2019, p. 25.

grupos autônomos com interesses diferentes”. O que para a autora insiste na ideia que tal perspectiva distancia respectivamente homens e mulheres, por análises apartadas e direções distintas na compreensão da realidade (Vogel, 1995, p. 49).

Este ideal nos conduz a entender o “processo de reprodução humana comparável, mas separado da produção de mercadorias”. O que coloca as opressões de gênero, sofridas por mulheres, restritas às relações interpessoais, a começar pela esfera da família local primário na construção da sociabilidade e não concebe a ideia da integração do patriarcado ao sistema capitalista (Vogel, 1995, p. 49).

Lise Vogel visa responder algumas das limitações no campo da teoria crítica, sobretudo, aquelas que não alcançam a discussão de gênero mais profundamente na reprodução social. Nesse sentido, as contribuições de Vogel ultrapassam a divisão sexual do trabalho, pois se abrigam a uma dimensão estruturante na produção e na reprodução da vida humana em uma teoria unitária, visto o capitalismo como totalidade concreta.

Em vista dessa breve apresentação quanto ao método, considera-se que este trabalho intenta na construção de nos aproximarmos ao caminho de volta ao objeto em tela. Na direção ao processo de abstração, em busca das determinações do concreto que se expressam empiricamente, portanto, tentaremos nos manter em constante contato com a realidade (Marx, 2006). Por isso, tendo em consideração que o conhecimento teórico e a produção científica se fazem na ultrapassagem e elevação do aparente, no atributo histórico humano, pretende-se realizar articulações para pensar similitude, entre passado e presente, nas relações entre raça, gênero e classe. Com essa intenção utilizaremos das contribuições envolvidas por investidas interseccionais tendo a Interseccionalidade como perspectiva analítica.

A interseccionalidade é uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Creshaw, 2002, p. 177).

Para isso, resgatamos o esforço hercúleo das contribuições de intelectuais negras, a exemplo de Kimberle Creshaw e autoras que no campo da teoria marxiana como Angela Davis, em diálogo com autoras brasileiras do pensamento da sociologia no país, com destaque em Lélia Gonzalez - que também utiliza da teoria marxiana e da tradição marxista - e Sueli Carneiro. Esta pesquisa se deixa conduzir pela leitura do feminismo negro como corrente de pensamento importantíssima no debate de

gênero e raça, mas que também se une a uma posição política transformadora que, ao nosso olhar, é capaz de estilhaçar os condicionantes que essencializaram as mulheres negras a determinados lugares.

Nesse escopo, a dimensão da experiência adotada pelo feminismo, sobretudo o feminismo negro, atuará fonte importantíssima para a compreensão da relação de gênero e raça na produção e na reprodução social. Em vista disso, nos apoiaremos na produção escrita de mulheres negras, a partir de uma leitura crítica. Quanto a isso, bell hooks⁵ (2015, p. 208, grifos nossos) destaca que:

Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que **desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela**. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente).

Sendo assim, por base do método histórico dialético, o estudo se basearem como, paulatinamente, a força de trabalho mista (escrava e livre) foi incorporada, dentro de profundas transformações, nas relações sociais brasileiras. O que buscamos aferir são evidências da presença histórica das mulheres negras, como agente fundamental, desde as protoformas do capitalismo, aos moldes da colônia brasileira até a reprodução da acumulação capitalista.

Neste ensejo, a partir das considerações de Souza (Souza; Xavier, 2012) é possível constatar que na sociabilidade brasileira os serviços domésticos⁶ e atividades periféricas tendem a ser realizadas, em grande maioria, pela população negra. Fato este acontece desde a colonização, pelo regime escravocrata, onde estas funções menosprezadas foram atribuídas prioritariamente para as mulheres negras. Pós “emancipação” esse trabalho passa a ser negociado por agências que se apossavam de ex-escravizadas (os) para realização do trabalho, inclusive, por mulheres negras livres. Estas sujeitas permaneceram a trabalhar em casas de famílias por barganha à sua subsistência: alimentos e lugares para residir (Souza; Xavier, 2012). Nesse contexto, para assegurar sua sobrevivência, muitos libertos se submeterem a situações de vida análoga à escravidão.

⁵bell hooks não pertence a tradição Marxista, porém concordamos que as expressivas contribuições ao feminismo negro que tem realizado terá aqui papel importantíssimo.

⁶Ângela Davis, em *mulher Classe e Raça*, desmiúça e traz considerações importantíssimas quanto as diferenciações do serviço doméstico para a realidade das mulheres negras em função das mulheres brancas.

Esses elementos do passado, se retroalimentam e se reconfiguram no presente: Mesmo atualmente as mulheres negras representando o maior grupo demográfico do Brasil, - com o expressivo número de 28 % segundo dados da Agência Brasil ⁷- estas sujeitas continuam ocupando em maior parte o universo da informalidade e do desemprego, cerca de 54% das mulheres negras se encontram sem atividade remunerada, o que demonstra a necessidade permanente de um entendimento crítico do objeto que abordado.

Estas implicações estão intrinsecamente alinhadas a inserção da proponente desta pesquisa nos movimentos sociais⁸. Sendo mais precisa, o compromisso firmado à luta antirracista no Movimento Negro Unificado – MNU⁹, fez suscitar o desejo de produzir cientificamente materiais que tenham intenção de colaborar para o enfrentamento ao racismo. Uma das premissas da militância negra dentro do bojo do MNU, de acordo sua Carta de Princípios e Estatuto, é estrategicamente, provocar e disseminar a pauta da questão racial nos postos de trabalho e nas produções acadêmicas.

Por virtude desses argumentos, optamos por esse objeto de estudo devido à necessidade analítica de pensar as expropriações por dentro das relações de gênero, raça e classe, sobretudo como incidem no trabalho feminino de mulheres negras, na formação social brasileira. Fazemos coro ao que saudoso Luiz Silva (1982, p.16) considera no Caderno Negro número 5, pois a literatura e a produção de conhecimento científico pelas escritas negras, “para nós negros, é um dos caminhos para nossa humanização [...] o desvendar”. E ainda que seja um trabalho dispendioso, nossa “meta é deixarmos de ser o ‘outro’ na vida literária de nosso país” (Silva, 1982 *apud* Antônio, 2005, p. 60).

Em vista disso, tem-se aqui a potencialidade de contribuir com o processo de formulação de políticas antirracistas, antimisóginas e antimachistas. Deste modo, poderá dar devolutiva social para o grupo pesquisado ao dialogar com narrativas, por vezes, negligenciadas. Por essas razões, sobretudo do ponto de vista da prevalência de compromisso político e relevância social, almejamos colocar os pontos destacados

⁷Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-08/ipea- apenas-52-das-mulheres-negras-estao-no-mercado-de-trabalho>>.

⁸Dialoga com o projeto ético-político do Assistente Social que preconiza a articulação com os movimentos sociais.

⁹Movimento social de importância histórica para o país no tocante da luta negra, acumula 43 anos de luta no enfrentamento as múltiplas facetas do racismo.

em evidência na concretude do fenômeno. Em síntese e finalizando esta parte introdutória, nos parece que as contribuições de Lélia Gonzalez em seu texto “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”, demonstram-se alinhadas com a proposta desse estudo: “enquanto trabalhadora superexplorada de hoje, a mulher negra se sente com todo o direito de perguntar: passado anos de “abolição” porque motivos continuamos, basicamente, nas mesmas circunstâncias?” (Gonzalez, 1982).

Acerca da organização dos capítulos, abrimos o estudo com uma discussão alocada na formação social brasileira – entre clássicos e contemporâneos -, com relevo as contribuições da teoria da dependência e na construção de um ordem social típica. O capítulo fornecerá base consistente aos outros debates que se prolongam as demais sessões. O capítulo seguinte aborda de forma mais categórica e conceitual a expropriação no contexto do capital, dando centralidade às particularidades históricas das mulheres negras. Por fim, o terceiro capítulo é um convite ao leitor para desvelar um balanço crítico e interpretativo sobre tema de pesquisa, ao mesmo tempo, o encerramento do escrito marca de uma postura de engajamento político na luta antirracista e anticolonial dentro do campo da produção científica.

CAPÍTULO I – ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: Formação social brasileira na transição do regime escravocrata à sociedade de classes.

Para nos aproximarmos das relações de expropriação do trabalho das mulheres negras, se faz imprescindível retornar, à luz da história e do pensamento crítico, as raízes e bases materiais que constituem a formação social brasileira. A intenção é explorar de que modo os elementos que antecedem ao capitalismo contemporâneo e as formas de expropriação se recompõem e ressignificam na sociedade de classes. Neste propósito, este estudo se apoia em autores que ajudaram a conformar as interpretações quanto à formação brasileira como: Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Milton Santos, Virgínia Fontes, Vânia Bambirra e Clóvis Moura. Da mesma forma, lançamos algumas das contribuições acerca do debate racial e de gênero por base das autoras Lélia Gonzalez e Ângela Davis.

Por meio de uma análise teórica e concreta da consolidação do capitalismo brasileiro, enquanto sistema de produção e de troca de mercadorias, sabe-se que este se desenvolverá a partir de uma base colonial específica, desenvolvida a partir de uma ordem social típica. Sobre isso destacamos a produção intelectual de Florestan Fernandes (2020), especialmente no livro “Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica”, se dedicou a estudar teoricamente – a partir de um estudo empírico¹⁰ - a realidade nacional em sua época, sobretudo no contexto de ditadura militar, mas tendo como cerne o estudo das raízes mais profundas que solidificaram a construção social do Brasil.

Este autor desmascara o caráter do estado brasileiro e sua característica principal: Capitalismo dependente, presente em outras realidades da América Latina. Do mesmo modo, gostaríamos de alinhar tais questões com o texto da “Integração do Negro na Sociedade Classes: Ensaio a interpretação sociológica”¹¹ (Fernandes, 2008),

¹⁰Florestan Fernandes constrói um estudo sistemático na cidade de São Paulo enquanto unidade de investigação, pois permitia-lhe captar conexões com a Revolução Burguesa, pela alta industrialização naquele contexto.

¹¹“Vale lembrar, entretanto que a tese do despreparo do negro para a liberdade que se transmutou muitas vezes na responsabilização do Estado não garantir, através da educação e de outros serviços públicos, os meios para o exercício da liberdade pela população de cor não é originalmente de Florestan Fernandes. Foi utilizada, primeiro, pelos abolicionistas e ganhou depois, completamente, o meio negro paulistano” (Prefácio do livro da Integração do Negro na Sociedade de Classes, escrito por Antônio Sérgio Alfredo Guimaraes, 2008, p. 14)).

onde destaca a “perda”¹² da população negra em relação à condição “privilegiada” de mão de obra exclusiva do regime anterior.

É neste debate que nos afiliamos para pensar o objeto de pesquisa, enquanto base teórica. Nos apoiaremos no campo da crítica social e, em alguma medida, por base de interlocuções teóricas alocadas na discussão das classes sociais brasileiras, em diálogo com a história social do trabalho.

1.1 AS TRAMAS DA FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA NO BRASIL: Elementos constitutivos do regime escravocrata a ordem capitalista

A priori, neste capítulo construímos uma análise sincrônica onde passado e presente se reconstroem e entrelaçam sócio historicamente. Assim, retornaremos nos alicerces da formação do Brasil como ponto de partida em movimento, ponderando o surgimento do capitalismo marcado pela dependência e superexploração do trabalho humano. Há por todo itinerário uma perspectiva histórica e dialética, onde abordamos o processo da gênese do capitalismo no Brasil erigido pelas bases coloniais e escravocratas. Neste caso, a nossa análise surge de um esforço dialético atravessado pelas contradições que moldaram a categoria trabalho.

A aparente concepção de que a produção de capital socializado se desenvolvera igualmente em diferentes nações em relações sociais distintas, no entanto, deve ser superada. Ante o contexto brasileiro Florestan Fernandes assume o desafio interpretativo está não somente na análise do desenvolvimento do capitalismo de maneira geral, mas baseia-se na construção do conhecimento de como este sistema se consolidou no Brasil e na América Latina, o movimento de desenvolvimento dentro de uma particularidade específica, e neste caso nas sociedades onde o capital se desenvolveu de forma particular desigual e combinado, “desvencilhado” do regime escravocrata.

Dentro desta particularidade, reconhecemos que discurrir histórico da transição da sociedade colonial para a produção capitalista se direcionou para uma sociedade imperial, mantendo certos padrões do regime colonial. Contudo, neste novo

¹²Utilizamos da expressão “condição privilegiada”, assim como o autor utilizou, para referir-se a exclusividade no que se refere ao trabalho desempenhado. Cabe ressaltar que privilégio não assume seu sentido literal de “vantagem”, no contexto da ideia exposta, assume lugar de contraditório.

cenário a população negra e os povos originários, mão de obra explorada arbitrariamente, perde a sua ordem privilegiada e exclusiva, dando lugar às novas relações de trabalho entremeadas de espoliação. Deste modo, existiu o que Florestan (2008, p.31) chama de “socialização¹³ negativa do trabalho escravo”, e ao mesmo tempo considera que nem sequer foi concedida.

Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex escravos tinham que concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais” que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas em regiões prósperas em virtude da degradação do trabalho) (Fernandes, 2008, p. 31).

Portanto, “os libertos” estavam inseridos em uma verdadeira massa marginal sem serem absorvidos de fato ao mercado de trabalho, destituídos de possibilidades de construção de projeto de vida. Este processo determinou a condição de submissão da massa de trabalhadores e trabalhadoras à intensa exploração do trabalho. Em alguns casos, o recém liberto “[...]se abrigava, como “protegido”, “dependente” ou “cria da família” sob manto das relações paternalistas (entre as famílias tradicionais ou, em menor número, entre as famílias adventícias em ascensão)” (Fernandes, 2008, p. 31-32), muito embora tais condições não fossem as mais favoráveis, para o agente privilegiado do regime escravocrata – o senhor. A barbárie humana que prospera historicamente é resultante de um processo marcado pelas posições distintas entre senhores e pessoas escravizadas. Pela ótica de Florestan Fernandes é sabido que:

A integração estamental da dominação senhorial acarretou, porém, uma diferenciação, perceptível desde o começo, de status e papéis sociais. Por efeito do privilegiamento da posição senhorial o poder político convergia para os que possuíam, de fato, autoridade suprema na estrutura da família patriarcal e da dominação patrimonial (Fernandes, 2020, p. 165).

A abolição tratava-se de alternativa, além de uma reorganização social e política, em outras palavras era a saída para livrar-se das obrigações dispendiosas que os prendiam aos sobejos da escravidão. De modo que não pode-se compreender enquanto processo de emancipação humana, ao contrário, imbuíu a população escravizada à espoliação desassistida. O que aqui importa dizer é que a população

¹³Destacamos aqui a falta de condições reais para a integração da população negra no mercado de trabalho e na vida social pós libertação. Destacamos as ações políticas dos movimentos sociais negros no país que contradizem e reivindicam o dia 13 de maio, data simbólica para a Abolição da Escravatura, pois refletem que esta não se tratou de uma benevolência as pessoas escravizadas no regime colonial, mas de uma reorganização política e econômica. Sugerimos ao leitor interessado, a música 14 de maio de Lazzo Matumbi.

escravizada não obteve possibilidades reais para ingressar na nova dinâmica, atribuindo o lugar para os imigrantes europeu, o senhor por outro lado passa a ser “livre” das obrigações, bem como o Estado e Igreja, de qualquer assistência a população negra e indígena. Formou-se, portanto, relações étnicas e raciais pautadas no avesso do direito e no acesso de condições mínimas.

Neste período, o trabalho escravo que outrora ocupava posições de artesanato urbano e atuava no comércio local de bens e serviços prestados, ver-se confrontada com a impossibilidade de inserção, o que os colocava à mercê de ocupações brutas mal retribuídas e degradantes (Fernandes, 2008). O estágio histórico do pós-abolição impôs nova condição humana e novas relações sociais, com virulentas de exclusão e desigualdade.

O impacto da competição com o “estrangeiro” foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não contavam com elementos: seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas; seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre grupos étnicos concorrentes, embora elas, fossem, então, muitas fluidas, acessíveis e elásticas, por causa da extrema mobilidade imperante no meio econômico e social (Fernandes, 2008, p. 12).

As violências vindas da dinâmica de superexploração do período colonial em conjunto com a “inserção subordinada da ex-colônia na divisão internacional do trabalho”, se sucedeu devida a “emergência do imperialismo como fase monopolista do desenvolvimento capitalista” (Oliveira, et. al. 2019, p. 14). Cabe dizer que em toda América Latina, o desenvolvimento capitalista se manifestou a partir de uma relação de dependência, constituída pela desigualdade e alicerçada em formações sociais particulares na divisão internacional do trabalho (Oliveira, et. al. 2019, p.12), o que, para nós, explica tal condição periférica atribuída ao Brasil.

Contraditoriamente, carregava a manutenção da estrutura agrária clássica, fator limitante para o desenvolvimento do capitalismo dependente. Contudo, assumia novas formas de trabalho fortemente marcado pela exploração humana em todas as formas. Ao mesmo tempo, neste contexto de inserção subordinada ao imperialismo em sua corrida expansionista e integradora:

Os trabalhadores brasileiros eram, de fato, explorados de maneira compartilhada, uma vez que capitais de diferentes procedências extraíam internamente mais-valor. A massa total de mais-valor aqui extraída era compartilhada entre tais burguesias. **Esse fenômeno explica, sobretudo, a própria subalternidade burguesa.** (...) ao permitir a abertura do mercado de força de trabalho para a exploração direta pelo capital-imperialismo externo, deixava de auferir parcela do mais-valor internamente produzido, condenando-se a uma posição de subordinação econômica e cultural. **Mas condenava também o conjunto da vida social a espelhar-se na mesma**

subalternidade cuja direção capitaneava, ao permitir a sangria permanente de parcela substantiva do valor criado internamente, através de remessas de lucros, de pagamentos de juros, etc. (Fontes, 2010, p. 353-354, grifos nossos).

Florestan Fernandes (2020) considera que o capitalismo, enquanto modo de produção que define as relações sociais existentes, se insere dentro de uma ordem típica, onde dá-se o nome de ordem competitiva. Devida a natureza de inserção truculenta nas sociedades dependentes, o capitalismo no Brasil fora introduzido antes da constituição clássica da nova ordem, sem superação das formas arcaicas da estrutura agrária. O autor considera que as estruturas econômicas, políticas e sociais que foram herdadas do período colonial, assumiram as extensões da dinâmica da economia mercado mundial, incorporou-se à dupla polarização de importação e exportação. De certo que esse movimento fora fundamental para a reorganização do mercado colonial, e acabou decidindo a forma que se desenvolveu as forças produtivas no país.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (Marini, 1990, p. 4).

As condições que caracterizaram uma revolução burguesa no Brasil, inconclusa, resultou no capitalismo majoritariamente dependente (Fernandes, 2020), dirigida, como dissemos, pelos valores urbanos e burgueses (sem uma burguesia), ao mesmo tempo, orientados pela ordem anterior que consegue atender aos interesses oligárquicos. Em suma, gênese da acumulação capitalista se alicerçava na conquista do mercado externo e a corrida imperialista, combinando formas pretéritas. Neste sentido, Fernandes, atribui a revolução burguesa no Brasil um caráter autocrático, o que deu base para o desenvolvimento das classes no país.

Este fato resultou em ordem competitiva inserida na subalternidade, alinhada por um lado pela oligarquia nacional do regime escravocrata e do outro lado, ao desenvolvimento do imperialismo:

A manutenção da dependência imperialista termina por ser intrinsecamente vinculada à manutenção do capitalismo nacional, o que garante a continuidade da dominação imperialista enquanto exista capitalismo nos países latino-americanos (Bambirra, 2023, p. 150).

Formas deletérias e arcaicas se ressignificam e remodelam no presente histórico: Os elementos constitutivos da formação do Brasil por Florestan Fernandes, colaboram para análise da dissolução do Estado Democrático de Direitos e cidadania regulada que se tem atualmente. Na contramão contínua da consolidação dos direitos, observa-se que o capital em suas crises se distancia de um bem-estar coletivo e igualitário. Estas distorções implicaram diretamente em problemas sociológicos no contexto de Brasil na contemporaneidade, onde uma massa considerável de trabalhadores e trabalhadoras vive expropriada de acesso aos direitos. A democracia brasileira cada vez mais restritiva e de caráter reformista para atendimento das necessidades da classe dominante, característica central da natureza do Estado no modo de produção capitalista, por Friedrich Engels:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (Engels, 2019 p. 62).

As considerações de Milton Santos (2004) acerca da formação social, refinam nossa análise para explicação da sociedade e do espaço respectivo que abordamos. O autor considera que a formação da sociedade de classes no Brasil se criou em uma “ordem espacial e política específica” dentro de uma realidade particular, ou seja, de “uma sociedade precisa, cuja especificidade e particularismos devem ser realçados para que o estudo concreto de suas realidades autorize depois uma ação igualmente concreta” (Santos, 2004, p. 243).

Milton Santos nos oferece uma contribuição valiosa quanto ao uso do método, abre o flanco para a noção de totalidade – imbricada na dependência dos processos de produção e reprodução da vida social – que em cada momento histórico se configura a partir de uma “totalidade preexistente em sua transformação” (Santos, 2004).

Fundamentalmente, a formação social está relacionada com a acumulação primitiva. A acumulação primitiva baseia-se em uma reestruturação social e econômica, protagonizada pelo desenvolvimento da burguesia enquanto classe dominante na Europa, em resposta à crise do modo de produção existente na época. Surge como um marco conceitual necessário à compreensão da reprodução capitalista, sobretudo para pensar as bases que abrigam o modo de produção do capital em diferentes nações (Marx, 2006).

Karl Marx (2006) concede a oportunidade de nos aproximar das condições anteriores que alicerçaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista, dá enfoque às formas de expropriação de terras de pequenos agricultores manejadas para o poder estatal, que suprimiram as necessidades reais e condições mais básicas da população camponesa a despeito da produção agrícola, fonte de matéria prima para as primeiras bases da industrialização.

A organização social das cidades no Brasil, por exemplo, servirá para explicar fatores histórico-sociais, mais necessariamente acerca das desigualdades produzidas no contexto brasileiro. O êxodo rural em detrimento do desenvolvimento industrial, a exemplo disso, pode justificar uma série de desigualdades sociais no contexto brasileiro. Desde o surgimento até o crescimento exponencial das periferias entre as décadas de 60 à década de 70, estava atrelado fortemente ao processo de industrialização. Ainda que se compreenda que o surgimento das moradias em condições precárias – compreendido como a origem das favelas –, pode ser demarcado, no momento histórico do período escravocrata, no sudeste brasileiro.

A existência desse processo, impeliu a população menos abastadas condições de moradia de insalubridade e com certo grau de periculosidade. As moradias – conhecidas como cortiços no período escravocrata – abrigavam numerosas quantidades de habitantes. Imprimiu-se uma divisão espacial entre trabalhadores e senhores que anunciava lacunas e limites para as conquistas democráticas ao longo das décadas. Em síntese, sabe-se que houve fortes esforços governamentais para acabar com os chamados cortiços, para reordenação urbana, nestas circunstâncias a população abrigou-se em construções em morros, o que deu origem às favelas.

Essas mudanças produzidas fizeram possível a consolidação do capitalismo em nível de Brasil, suas relações econômicas e sociais. Ao pensar na formação da classe trabalhadora, no contexto de acumulação capitalista, cuja a superação de um modelo de produção para outro resgata os estudos de Marx quanto à acumulação primitiva. No continente Europeu “[...] medidas que os Estados europeus adotaram para proteger os mercados e forçar as pessoas a trabalhar nas condições impostas” (Federici, 2017, p.115¹⁴), como exemplo podem ser citadas as leis que versavam sobre a distribuição reduzida de terras aos camponeses e as leis sobre a vadiagem,

¹⁴Contribuições de Silvia Federici acerca da “A acumulação capitalista e a acumulação do trabalho na Europa” em seu texto “Calibã e a Bruxa, mulheres, corpo e acumulação primitiva”.

uma tendência que dificultou a mobilização política dos trabalhadores. Tem-se aqui a formação do trabalhador livre, que não vê alternativa, se não a de vender sua força de trabalho. Em contextos históricos estritamente distintos, este processo no contexto brasileiro assemelhou-se, no sentido de não oferecer nenhuma condição objetiva de inserção no mercado de trabalho, ou condições de subsistências mínimas.

Isto posto, afirmamos que pensar nas categorias de raça, classe e gênero – em diálogo com o objeto de pesquisa –, não pode ser feito fora da história. O regime escravocrata, dentro deste debate da acumulação primitiva, aparece enquanto base do capitalismo, solo fértil para modernização. Ao rememorar as raízes da formação social brasileiro, sabe-se que o dito “rompimento” com o regime colonial teve como principal característica a adesão a dinamismos econômicos de mercado mundial. No entanto, ocorreu distintamente de revoluções clássicas, a exemplo da Inglaterra e a realidade europeia, onde existiu a dissolução de um sistema em relação ao outro (neste ponto nos referimos ao feudalismo em detrimento do modo de produção capitalista).

O caso brasileiro houvera, na verdade, uma reorganização de poder, que se consolidou em uma ordem burguesa, contraditoriamente, sem uma formação de uma burguesia concretizada. Em seu lugar se tinha uma ordem colonial readaptada e ressignificada pelo imperialismo, enquanto característica central, o que Florestan Fernandes (2020) vai descrever enquanto oligarquia¹⁵ cafeeira.

Estes pontos são fundamentais para entender como se sustenta a sociabilidade brasileira, bem como latino-americana. Para mais adensar a discussão, a respeito do desenvolvimento do capital nos países da América Latina a dialética da dependência, produzida por Ruy Mauro Marini (1990) é um instrumental científico indispensável para compreensão. Marini(1990), analisa o fenômeno do subdesenvolvimento e a subalternidade da América Latina, através das condições internas que favoreceram ao nível de sua própria economia dependente dos países latino-americanos. Ao mesmo tempo, incorpora e desvela a relação contraditória da “participação da América Latina no progresso do modo de produção capitalista nos países industriais que por sua vez é contraditória” (Marini, 1990, p. 8).

Busca, portanto, explicar a América Latina a partir da forma que se produz a mercadoria na inserção na economia capitalista. Neste ponto, lança o conceito da

¹⁵Termo se refere a setores ligados a terra e exportações.

superexploração da mão de obra dos trabalhadores latino-americanos, representada pela subordinação da classe trabalhadora dos países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, o trabalhador é pago pelo valor monetário inferior ao valor real de sua força de trabalho: “Assim sendo, o que é apropriado pelo capitalista não é diretamente a mais valia produzida, mas a parte desta que lhe corresponde sob a forma de lucro” (MARINI, 1990, p. 8), o excedente da mais valia. Neste sentido, identifica e caracteriza a realidade da América Latina, como forma de produzir em um caráter muito particular. A teoria da dependência, portanto, explica porque uma economia, como a brasileira e países da América latina, se mantém subalterna em detrimento da economia mundial.

Nesse aspecto, a categoria da *Amefricanidade*, cunhada por Lélia Gonzalez, nos parece acrescentar a esta explanação da particularidade da América Latina. Se trata de uma categoria étnico política, cuja abordagem é explicitamente anticapitalista e crítica ao imperialismo. Enquanto valor metodológico ela:

[...] permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde se manifesta: A América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular) (Gonzalez, 2020, p. 135).

Esta categoria se caracteriza, portanto, enquanto uma solidariedade transnacional, passando pelo âmbito do plano ideológico da cultura, em destaque a uma “unidade específica” dos países a que compõe, esta unidade se refere além da condição periférica, pela inserção na lógica capitalista e imperialista. Tem se por intenção ao resgatá-la sinalizar as múltiplas formas de adaptação, resistência e reinterpretação na criação do continente através de nossos antepassados “inspirados por África”. Fatores estes que foram e continuam sendo “encobertos pelo véu ideológico do branqueamento” (Gonzalez, 2020, p.322), solapando a real contribuição negra no Brasil.

O pensamento de Clóvis Moura (2019), sobretudo na sociologia do negro brasileiro, analisa a população negra enquanto massa marginal, na sociedade de classes no Brasil, de modo que seria inconcebível a ideia de um fim da escravidão de maneira instantânea que, portanto, após sua “superação” fez do negro componente imediato integrado no capitalismo atual dependente. Os corpos negros, sob seu ponto de vista, não conseguiram chegar à categoria de igualdade, enquanto classe trabalhadora, integrar a categoria mínima da sociedade. Tal fator fica mais aparente

ao lembrar a inserção do negro na reestruturação do regime escravocrata para o sistema capitalista, pelo pensamento de Fernandes (2008), sabe-se que:

[...] o liberto se viu convertido, sumária e abruptamente em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (Fernandes, 2008, p. 24).

Estas formas pretéritas se reconfiguram ao longo da história, o racismo para além de uma dimensão comportamental e episódica, assume contributo estrutural por excelência, acima de nossas escolhas individuais, reiteramos as considerações de Lélia Gonzalez (2020) na realidade latino-americana ele foi e tem sido “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (Gonzalez, 2020, p. 131), em contrapartida, estratégias de resistência foram forjadas pela população negra.

Para Moura (2019, p. 149), diante do cenário da formação social do capitalismo dependente brasileiro, uma delas é a formação de grupos específicos inseridos em uma sociedade competitiva dentro do antagonismo das classes sociais e os seus diversos estratos. Deste modo, se sabe que ao longo da história, homens e mulheres negras que tiveram sua vida subjugada pela estratégia do racismo, se mantiveram em intensa organização política desde o período escravocrata, como garantia de sobrevivência.

No Brasil, desde o início da escravidão os negros africanos, transformados em escravos, começaram a organizar-se para sobreviver e manter os seus padrões tribais e culturais que a escravidão tentava destruir permanentemente [...], mas o sistema escravista, como um todo compacto e fechado, não permitia que o escravo adquirisse consciência da sua situação social, fato que impedia de formular uma ideologia capaz de desaliné-lo completamente (Moura, 2019, p. 141).

Neste debate central, estratégias do povo negro no contexto da sociedade de classes, Clovis Moura (2019) considera que as condições internas inerentes oriundas de uma sociedade competitiva, alicerçada em um regime escravista, impactaram diretamente na formação de grupos específicos. A raça, como um processo de dominação no contexto colonial, se estratifica e redimensiona no sistema capitalista.

Deste modo, negros e brancos enquanto construtos sociais e históricos concretos, se movimentam de acordo ao tempo histórico. Nestes aspectos contraditórios da realidade caótica da raça, o capital se generaliza como universal e os grupos humanos se particularizam como raças não análogas ou semelhantes. A

colônia, no caso brasileiro e da América Latina, sai do modo de produção escravocrata e se insere diretamente nas relações de produção capitalista de maneira dependente, em face do avanço do imperialismo, o que ocasiona uma reinvenção da raça no regime de mercado.

1.2 SOCIEDADE DE CLASSES À BRASILEIRA: Particularidades do capitalismo de natureza dependente

Por base destas especificidades que permearam a constituição da ordem social de classes, é possível afirmar que o regime escravocrata assumiu lugar precursor no processo de acumulação primitiva do desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro. Esta particularidade alinhada à subalternidade em relação ao mercado estrangeiro, delineou as relações socialmente construídas em termos de estrutura e dinâmica, material e subjetiva. Nos comprometemos a abordar aspectos particulares que desenham o capitalismo no Brasil para nos aproximar do objeto de investigação desta pesquisa.

O escravismo “derrotado” pela corrida expansionista imperial – em detrimento da urgência da instauração de um novo sistema global e hegemônico –, regido pela produção de mercadorias que estruturou a economia capitalista. No entanto, o que chamamos de derrota, não representou, por excelência, o fim do regime escravocrata, pois, a nova ordem social – como dito paulatinamente no tópico anterior – ergue-se de forma subordinada aos interesses e às características arcaicas e ultrapassadas.

O contexto histórico latino-americano tem em suas raízes mais profundas as mazelas do escravismo, cuja formação do capital, se alicerça na relação dialética da dependência. O trabalho explorado – e, nesse contexto, não assalariado – desempenhado por raças dominadas se justifica, neste momento histórico, pelo entendimento equivocado de que se tratavam de raças inferiores¹⁶, passíveis de exploração desenfreada. É possível intuir que as relações raciais que partiram do regime escravocrata modelaram o capitalismo brasileiro: O mundo das mercadorias que configura os postos de trabalho e as formas de produção foram definidos pela lógica racista.

¹⁶Abordaremos no próximo capítulo com mais rigor tal premissa.

Através das contribuições teóricas do “O Capital” de Karl Marx (2013), compreende-se a acumulação primitiva como ponto de partida, a origem e a formação da classe trabalhadora, contudo, não se resume meramente um marco temporal. É fruto de um processo histórico-social de tamanha complexidade e relevância, que chega a delinear e significar todo o processo de acumulação capitalista. A acumulação primitiva, conceituada em Marx, baseia-se na pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

O capitalismo, em sua dinâmica expansionista por natureza, desde sua origem se alimenta do aprofundamento das expropriações e explorações do trabalho humano, retirando do trabalhador os meios de vida. A expropriação, portanto, não estaria apenas privando o trabalhador do produto final do seu trabalho, mas está atrelado a retirada da envergadura intelectual da produção investida pelo trabalhador e da trabalhadora. Em outras palavras, furto da dimensão teológica, do poder criativo, potencialmente transformador do trabalhador e da trabalhadora.

A expansão capitalista, por natureza alimentada pelas virulentas formas de trabalho, retirara da população as formas de trabalho direto e – referente ao caso do feudalismo na Europa em diálogo com o contexto latino-americano – converteu os meios de vida comuns a população em capital. Do contexto europeu se origina a relação capital e trabalho, mais precisamente na Inglaterra, o salário – unidade monetária de troca – se desvela como instrumento de controle do trabalho. A estrutura capitalista no contexto europeu se moldou em cima de uma estrutura feudal, diferentemente do contexto latino-americano, que se solidificou em um alicerce escravocrata.

Karl Marx (2013) estuda a acumulação primitiva no capítulo XXIV, a partir de uma investida intelectual profunda, com críticas acertadas à economia clássica. Compreendia-se que a acumulação primitiva era resultante do mérito do acúmulo produzido pela burguesia, em detrimento da vadiagem e desordem dos trabalhadores e trabalhadoras. Contrapondo a este ideal idílico/edificante Marx (2013), conceitua a acumulação primitiva enquanto complexidade do processo transição que anuncia um novo modo de produção baseado na relação capital x trabalho. Considera que os trabalhadores e trabalhadoras foram retirados “violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (Marx, 2013, p. 787).

A classe trabalhadora – recém-ingressa no novo sistema – não tinha, senão, alternativa à venda de sua força de trabalho com fins de alcançar condições objetivas de subsistência. Representou, portanto, a recriação da superexploração dos corpos através do trabalho “livre”, onde passa a ter o capital enquanto instrumento de dominação. Trabalhadores e trabalhadoras abandonam forçadamente a si e as potencialidades, passam a dançar de acordo com a música do desenvolvimento da produtividade social do trabalho.

O processo que cria a relação entre capital e trabalho, se solidifica na relação trabalhador e propriedades de produção – modo de produção e meios de produção. O dispêndio de energia empregada pelo trabalhador, se transforma em mercadoria que, por ora, deixa de ser exclusivamente meio de produção de subsistência: Passa a ser substituído por um trabalho que possibilita – de algum modo irrisório – o acesso à sobrevivência da expressão do valor do salário.

Fica compreensível que o processo histórico-social da acumulação primitiva, a partir do pensamento marxiano, se deu por meios violentos e representou, essencialmente, a separação dos trabalhadores do seu meio de trabalho no contexto anterior. Mencionamos o brilhantismo de Marx (2013) ao conceber a ideia de que a história da humanidade está gravada sob o jugo da violência: “A parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela é uma potência econômica”.

O uso sistemático da violência, figura o modo de produção capitalista por ele mesmo. Nos deixamos conduzir pelo conceito de violência abordado por Saffioti (2015) para pensar estes aspectos, no nosso entender, entranhados nas vísceras do capital. A autora apreende a violência a partir do contexto brasileiro, onde é fecundo práticas de latrocínio, ameaça por morte, roubo, para a subtração de objetos e dinheiro. Dentro de uma dimensão social, as pessoas habituaram-se e, em alguma medida, banalizam os atos de violência no país e quiçá no mundo (Saffioti, 2015, p. 19).

A premissa abordada pela autora justifica, por muito, as dimensões relacionais que temos no momento atual e o tema desta pesquisa, as formas virulentas de trabalho e relações trabalhistas. Verifica-se, neste contexto, que o conceito de violência inscrito em Saffioti (2015) trata-se da ruptura de qualquer forma de integridade física, psíquica, integridade sexual ou moral, o que haveremos de concordar que muito se explica o contexto social que se vive.

As brutas formas de exploração da mão de obra escravizada, tanto em uma dimensão material e objetiva, como em uma dimensão relacional e subjetiva, relaciona-se com o conceito de colonialidade de Aníbal Quijano (2005). A colonialidade enquanto processo em curso de supremacia branca – azeitado no capital – se prevalece em práticas racistas e – acrescentamos – sexistas conforme o movimento sócio-histórico (Quijano, 2005, p. 119). A colonialidade, sem dúvidas, tem raízes sólidas e fortes no passado histórico e se mantém atualizada no cenário atual.

A teoria de colonialidade do poder – produzida por Anibal Quijano (2005) – enquanto modo de operar raça – gera lucro para a supremacia branca europeia. Para o autor, se alicerça em uma forma de operar e garantir a permanência da supremacia branca. (Quijano, 2005). Estas características, contribuem no entendimento da colonialidade em sua historicidade assume presença estruturante nas relações sociais do capital, que não atoa se alicerça nos ideais da branquitude.

Entende-se que o conceito de colonialidade por Quijano (2005), em diálogo com a acumulação primitiva e sua dimensão violenta, possuem dimensões intrinsecamente atreladas. A transformação social para a ordem capitalista, permaneceu enfincada no desmantelo da colonialidade e sua dimensão violenta e exploratória. Esta relação simbiótica, no chão latino-americano, destitui o ser social em múltiplas esferas, se estendendo da questão do trabalho e meios de produção e até das questões de gênero e sexualidade.

A perspectiva histórico-crítica do surgimento do capitalismo brasileiro em Ruy Mauro Marini, se apoia no conceito de superexploração do trabalho. Refere-se a um complexo processo, resultante de escamoteação do trabalho humano no aumento expressivo da intensidade com vistas no aumento da mais-valia. Este aumento se dá por conta da elevação da superexploração do trabalhador – que não significa aumento de trabalhadores ou no acréscimo da capacidade de produzir, mas sim no processo de espoliação e intensificação do trabalho.

O trabalho assumiu uma dimensão central na história da humanidade. Atrelado, por excelência, pelo ato de despender esforço e sofrimento. Está justificado, inclusive, na hermenêutica Cristã, como escrito no Livro de Gênesis capítulo III, versículo 19 (Moises, 2011, p. 26) “você sofrerá para trabalhar durante toda a sua vida, a terra produzirá espinhos e mato”. Justifica-se que o trabalho atrelado ao sofrimento e ao desgaste humano é condição inerente do ser humano que, portanto, não está passível de superação mesmo com as crises cíclicas.

Neste contexto, a violência e a barbárie são fundadoras do modo de produção e na formação, portanto, do trabalho assalariado. Realizando um movimento de volta para os estudos de Ruy Mauro Marini, existem três características centrais na superexploração do trabalho: Intensificação do trabalho; aumento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para recompor sua força de trabalho. A superexploração representa um elemento central do desenvolvimento do trabalho sob o jugo da exploração do trabalhador pelo trabalho assalariado.

Os aspectos que configuram o capitalismo dependente, compreende que este trabalho desempenhado, partia de uma ordem desigual, onde parte do valor do trabalho não pago é cedido gratuitamente para o exterior – pois o mercado interno atendia aos interesses do mercado exterior.

Nesta lógica, os países dependentes – o Brasil, foco do nosso debate – transferiram, e permanecem, valor excedente, ou seja, a mais valia extra ao mercado mundial além de puramente matéria prima. Ainda, contudo, sob a ótica do autor supracitado não há uma troca de paralelos, no que se refere a produtividade e ao preço de mercado acima de valor. Este processo consegue explicar a transformação das relações de produção e, portanto, das relações sociais na América Latina. O excedente do trabalho realizado, neste contexto, se transforma em fundo para a acumulação capitalista (Marini, 1990).

A escravidão, caracterizada por práticas de roubo e exploração, delineou o modo de trabalho a sua época, na medida em que se assentou na produção capitalista e se adaptou ao trabalho pago. No sentido de que, neste contexto, o trabalho escravo passa a ser conflitante com a superexploração, devido à ausência de extração de mais valor sobre o trabalhador. Por isso que se justifica que a escravidão implicava em um entrave para o livre desenvolvimento da produção, para a livre exploração do homem pelo homem, na condição do trabalho assalariado.

O que o senhor de engenho investiu no tráfico negreiro, com a aquisição da população escravizada, para que neste novo contexto de trabalho e produção capitalista, fosse repostado. A mão de obra escrava, neste sentido, que era usurpada por meio do comércio escravocrata – compra e venda desta mão de obra – tinha como instrumento principal exploração virulenta, ultrapassando todos os limites humanos inimagináveis, e o resultado dessa dinâmica era o esgotamento prematuro.

Com fins de contextualizar ao objeto de análise que se enseja nesta pesquisa, realizamos algumas articulações com estudos que trabalhem a temática do racismo. Ao realizar-se um desenho da gênese da classe trabalhadora negra e feminina, deve ser levada em consideração a imagem construída da mulher negra sob o jugo da subserviência, principalmente, da neurose cultural brasileira pelo racismo. Conforme podemos indicar em análises anteriores, este processo inseriu a mulher negra na condição de mulatas mães pretas (Gonzalez, 2020). Dada às profundas explorações da força de trabalho, nos moldes pré-capitalistas, inseriu-se condição herdada da escravidão, a mulher negra naturalmente passa a ser compreendida como cozinheira, faxineira, servente, quando não prostituta, divulgada e legitimada amplamente pela mídia.

Em um contexto sócio-histórico, o corpo negro feminino tendeu a ser um corpo desumanizado, constituído por subjetividade ceceada sistematicamente. Submetidas a essas modalidades de trabalho, segundo Lélia (2020), a mulher negra em contexto de Brasil teve agência fundamental em sua constituição, na medida em que ofertava a força de trabalho braçal e assumia as funções domésticas – desde o período escravocrata ao regime de classes de sua família e dos senhores. E, em suas palavras, era “burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”.

A formação da individualidade do negro e do branco, - necessariamente da mulher negra neste caso – é marcado pelo valor normativo da cultura. Em articulação com o pensamento de Franz Fanon (2018), no seu texto *Racismo e Cultura*, o papel social e cultural construído pela imagem da mucama violentada e reprimida, no período escravocrata, passa a dar lugar a outras formas de opressões sistematizadas do corpo, de objetivação e exotismo em contexto global.

As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (Gonzalez, 2020, p. 131).

Parte desses efeitos, contraditoriamente, se materializam em grupos negros organizados politicamente para a preservação de suas práticas, cuja as estratégias ao longo da história estão inscritas e demarcadas como resistência da população negra. Na colônia, dentro do regime escravista, pode se destacar a capacidade de organização dos quilombos, remanescentes em diferentes partes do país, desde o Pará até o Rio Grande do Sul (Moura, 2019, p. 142).

Nessas organizações políticas para a sobrevivência, onde se expressava a religiosidade ou lazer práticas de lazer e cuidados, também tinham a funcionalidade de atuar enquanto “mecanismos de distensão psicológica contra a rigidez do regime de trabalho a que estavam submetidos” (Moura, 2019, p. 143). Do ponto de vista de Lélia Gonzalez (2020, p. 130) tal questão se explica pela:

[...] estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, em que verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internacionalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados.

Os grupos específicos, cunhado em Moura (2019), nos aparentam ser oportunos para estudar as mulheres negras, como componente vivo da sociedade brasileira, em outras palavras, perceber a presença histórica das mulheres negras como agente fundamental, desde as protoformas do capitalismo aos moldes da colônia brasileira até o acúmulo do modo de produção capitalista.

Davis (2016), em *Mulher, Raça e Classe*, faz a distinção quanto a construção da feminilidade das mulheres negras em relação às mulheres brancas, através do desenvolvimento do regime escravocrata na realidade norte-americana. Diferentemente do papel desempenhado pelas mulheres brancas, nos cuidados da casa, protetoras e amáveis, sobretudo no ideal disseminado no século XIX, o que as colocava fora da esfera do mundo do trabalho produtivo, as mulheres negras há muito tempo desenvolvera atividades laborais fora de casa, muito antes de suas “irmãs brancas”, pois além das suas funções de cuidado e domésticas, desempenhavam desde sempre o trabalho na lavoura.

O trabalho doméstico, na esfera da reprodução social, tem outro papel na construção social da vida das mulheres negras. Diferentemente do trabalho doméstico para suas irmãs brancas, as funções na esfera do lar, tinham significado simbólico e realizador para as mulheres negras. Portanto, a dicotomia das funções dos gêneros, não as diminuíram na esfera em relação aos seus parceiros.

A divisão das funções entre homens e mulheres negras, se alicerçaram em arranjos funcionais, que contradiziam os papéis sexuais hierárquicos da ideologia de gênero do século XIX. O seu exercício na sociedade de classes, sobretudo, desempenhados pelas mulheres brancas na esfera da reprodução social, assume o caráter de trabalho não pago. Como fruto da acumulação capitalista de assegurar as condições para os trabalhadores, esconde o trabalho não quantificável, ou seja, as pessoas que o desempenham produzem valor, mas possuem preço.

Estas ponderações sobre a mulher negra e o trabalho no contexto do Brasil, nos conduz a perceber que a diáspora negra em países latino-americanos – sobretudo pela égide do trabalho escravizado – enquanto experiência comum de abusos violências a população negra no cenário mundial, soma as expressões do racismo e do sexismo. Diante disso, o atlântico negro coloca a população despossuída – e despossuídos – de si.

A estrutura da sociedade de classes, se alicerça pela dominação de gênero e da raça, o patriarcado, como sistema de prevalência de dominação masculina sob o gênero feminino – que se inclui as dissidências de gênero. A terceirização dos corpos femininos negros desde o período escravocrata sob as amarras do patriarcado se alicerça a superexploração sob o uso da violência. O patriarcado e racismo, dentro de uma interação expressamente simbiótica, se afinam e entrelaçam no desenvolvimento do capital.

Esta base teórica dá sustentação a dar base conceitual preliminar para apreender a classe que vive do trabalho atualmente. No entanto, antes de adentrar ao tema do estágio atual de desenvolvimento que se vivencia mundialmente, será necessário situar o autor debates pertinentes. A metamorfose do mercado de trabalho fez com que fosse delineado – ao longo da história – um novo desenho da classe trabalhadora.

A reestruturação produtiva, na década de 70, representou uma profunda transformação na massa de trabalhadores. O período destacado, se caracterizou pela intensa alteração do trabalho no chão da fábrica por ciclos de produtividade. Esses elementos históricos circunscrevem a formação da classe trabalhadora inserida, completamente, na disputa de classes.

A reestruturação produtiva fez acentuar a competitividade no mercado de trabalho retirando a concepção de que os trabalhadores fazem parte de uma grande massa e colocando-os em uma visão individualista, de concorrência e cumprimento de metas. Recriou a forma de produção inserindo em uma dinâmica de larga escala, pelo aumento da produtividade, o que culmina, inevitavelmente, na situação da classe trabalhadora – tanto objetiva quanto subjetiva.

A crise capitalista – que se instaura no contexto mundial – surgia de uma mudança política e econômica, a resposta a tal crise, deu-se por conta da reestruturação produtiva. Esta alteração se alicerçou por meio do avanço tecnológico e com a formação de um novo tipo de trabalhador – tecnologia essa que é financiada

para a expropriação da classe trabalhadora. O novo desenho da classe trabalhadora representa mudanças em curso de escala global, que inseriu uma série de condições que – por meio de uma compreensão deturpada – se entendia enquanto ultrapassada, formas destrutivas de trabalho como informalidade, aumento de flexibilização do trabalho e trabalho intermitente.

Estas formas concretas de expansão do capital foram concebidas por uma onda ultraconservadora, composta por um refinamento que complexificou o capital. O aprimoramento das formas de superexploração, baseavam-se na modificação da forma de trabalho mais descartável possível e instantânea. Este conteúdo se compromete a realizar uma análise do nosso tempo para analisar o mundo contemporâneo.

A reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho nos moldes do capitalismo atualmente, não modifica apenas as atividades laborativas no marco do cotidiano de trabalho, mas permeia todo contexto social. O uso de outros mecanismos econômicos dos quais a violência se dá de outra maneira, pela subordinação e dependência – a violência política e militar se torna supérflua.

O Estado, enquanto instrumento da acumulação capitalista, adapta-se aos ditames do capital por meio do neoliberalismo, se adensa profundamente o movimento de contrarreforma do Estado. Os trabalhadores, compulsoriamente, – na reestruturação produtiva – passam a operar na nova ordem que beneficia inteiramente ao capitalista, e mais precisamente ao centro europeu – aquele que contém a riqueza socialmente produzida pela massa de trabalhadores.

Referindo-se ao cenário atual, fruto de profundas alterações ao longo de sua história recente, o capitalismo contemporâneo – resistente a crises homéricas – se apossou massivamente das novas formas de produção, principalmente, em detrimento dos avanços tecnológicos. Contudo, conclui-se que é estritamente limitado o acesso e o desfrute para a classe trabalhadora – não apenas aos meios e os produtos da produção – como o progresso tecnológico e o todo produzido pela humanidade.

A fim de melhor situar a experiência de organização da classe trabalhadora no contexto brasileiro, retornemos a premissa que se formara em uma dinâmica sumariamente subordinada e dependente. Percebe-se – o que podemos pensar enquanto um marco ideológico, veremos mais à frente – que foi feito o uso verniz social que tenta esconder as características mais vísceras da formação brasileira.

Em termos históricos queremos demarcar que profundas transformações ocorreram ao longo da história do país, para formar o modo de produção que temos hoje. Marcado por crises cíclicas e estruturais, subordinado aos interesses do mercado mundial desde sua origem, o capitalismo tem o “jeitinho” típico brasileiro.

Neste intuito, utilizaremos o pensador Ricardo Antunes (2020) ao considerar estas mudanças societárias na morfologia do trabalho. No marco temporal da década de 80, orientado pela expansão do neoliberalismo, inseriu-se ao mundo do trabalho uma intensificação dos que possuíam baixa remuneração, um intenso ritmo de produção e desgastantes jornadas de trabalho. A redução da agropecuária, na década de 50 a 80, contraditoriamente, representou um aumento expressivo do agronegócio e desencadeou uma competitividade do capital nacional e internacional.

Em relação às metamorfoses no mundo do trabalho, podemos notar que – sobretudo após o processo de reestruturação produtiva e ascensão do neoliberalismo no Brasil – inseriram-se novos padrões de produção com forte inserção tecnológica, resultando em uma busca por melhor qualificação profissional. O avanço da flexibilização do trabalho no Brasil foi dirigido por formas de burlar a legislação trabalhista e inserir cada vez mais os trabalhadores na informalidade.

Esses trabalhadores, inseridos em uma massa gigantesca de desempregados, com as necessidades de sua subsistência cada vez mais gritantes, veem-se obrigados a desempenhar atividades informais, sem vinculação formal e direitos trabalhistas. Essas relações de trabalhos desgastantes e degradantes, sob a ótica de Antunes (2022) não apresentam pouco ou nenhum benefício humano social à classe trabalhadora. O valor do trabalho humano passa a ser, ainda mais, desvalorizado, assim como a produção resultante deste trabalho que passa ter vida e valor de uso útil menor, enquanto o capital – financeiro e tecnológico – se valoriza.

A problemática que sintetiza o caso brasileiro, o insere em uma desertificação social e econômica virulenta. Todo o processo de acumulação primitiva, que abordamos ao longo deste capítulo, foi um precursor para a acumulação atual. Fato este constatado no recente contexto de pandemia, a classe trabalhadora brasileira ficou à mercê da própria sorte, sem condições reais de sobrevivência. Deste modo, o exercício de trabalho, devido à ausência de marco regulatório de direitos trabalhistas, não era assegurado o suporte que as circunstâncias exigiam.

A conjuntura do mundo do trabalho no Brasil para Antunes (2022), numa estrutura recalcada no sistema capitalismo de produção, endossou uma intensa

superexploração do trabalho humano. Esta complexa engrenagem econômica, cujo alargamento não tem restrições, intensificou as alienações, coisificações e estranhamentos. Junto com essas categorias alinharam a devastação – mais acentuada – do ambiente, disseminação de discursos de ódio, opressões e discriminações em todas as esferas, sejam elas de raça, etnia ou dissidência de gênero.

É por virtude dessas consequências políticas, operadas em uma realidade sem precedentes, dada pela pandemia do coronavírus, que se pôde notar o endeusamento do capital e, em contrapartida, a miséria da população trabalhadora. Retomemos algumas categorias em Marx (2015): Sabe-se que produção humana que, desde a inserção da ordem social do capital, deixou de atender as necessidades humano-sociais, subordinou-se aos de autorreprodução do capital. Por este motivo, a produção de bens não está atrelada à geração de valor de uso, com intuito de atender as necessidades humanas, mas à produção de valores do lucro.

A natureza – recurso efêmero e finito – é fonte de matéria-prima para o uso destrutivo do capital, no entanto, nessa empreitada, parece ser alheia ao sistema. O trabalho humano, embora não possa ser eliminado – pois sem ele o capital não se valoriza – vai sendo diluído e substituído. O capitalismo, enquanto metabolismo antissocial, deforma profundamente a formação social existente. Assume forma de exploração máxima, terceirização intensificada, permissibilidade de trabalho análogo a escravidão, abre portas a intermitência e informalidade.

Segundo Antunes (2022), havia cerca de 1,6 bilhão de pessoas no ano de 2020, vivendo na informalidade e sobrevivendo de condições de vida ultra precárias, e neste mesmo ano, por volta de 195 milhões de pessoas perderam o emprego.

Notou-se que, no período do ápice da pandemia, grande parte dos trabalhadores vivenciaram em condições devastadoras de sobrevivência. Deste modo, a distinção da questão de classe – trabalhadora e burguesa – interfere nos meios de acesso a bens e serviços. Não por acaso, sabe-se qual população tem o melhor acesso a hospitais, instrumentos de defesa e condições dignas de habitação.

Os ritmos estonteantes de corrosão do trabalho e o caráter incontrollável e devastador do capital, culminam na subjetividade do trabalhador e se coadunam na destruição ilimitada da natureza e degradação do mundo rural. De acordo com Antunes (2022) este estágio atual pode ser comparado aos anos 1930, com necessidade urgente de intervenções estatais.

O que pode ser chamado como capital pandêmico (Antunes, 2022), escancarou as mazelas da formação histórica do Brasil: A fome profunda sendo enterrada aos milhares nos cemitérios. O contingente gigantesco de trabalhadoras negras expostas ao vírus, sobretudo, com significativo expoente em funções ligadas ao trabalho doméstico informal. A exemplo disso podemos destacar uma das primeiras contaminações pelo vírus da Covid-19 no contexto brasileiro, o caso de Cleonice Ribeiro.

Estes pontos compõem um mosaico contextualizado que as incongruências do passado compõem a deturpada realidade do presente. É importante reiterar que este trabalho se alimenta da possibilidade de uma ação prática que suscite e colabore na tomada de consciência da classe trabalhadora negra acerca da singularidade da divisão sócio-sexual e racial do trabalho.

Em suma: O capitalismo se forja em seu total despreparo, para suprir as necessidades humanas – materiais e imateriais, por ser destrutivo em si. Em uma dura investida de reconfiguração da classe trabalhadora com novos artifícios de dominação e de exploração. Será de nossa preocupação, pensar de forma mais objetiva, como a expropriação capitalista incide na mulher negra. Do ponto de vista da estruturação do pensamento deste escrito, constitui-se em estudar as formas de sujeição feminina negra no contexto de trabalho, sem perder de vista a totalidade das relações sociais.

CAPÍTULO II – EXPROPRIAÇÕES DO TRABALHO PARA MULHERES NEGRAS:

Estratégias de dominação e superexploração.

Diante desses elementos mais conceituais à formação social brasileira, pretende-se seguir as argumentações com enfoque nas expropriações situadas no debate das mulheres negras trabalhadoras. Partimos do marco conceitual da expropriação e dos laços de dominação que permeiam o grupo social escolhido. Com efeito, nos comprometemos a observar as expropriações do ponto de vista de cruzamento de experiências conhecidas por mulheres negras.

A coalizão das estruturas nesta encruzilhada de disputas de classe, raça e de gêneros, impetraram marcas ideológicas sólidas: uma espécie de ideologia de dominação que delineia a realidade concreta. Acometidas por estes eixos de subordinação, nós, mulheres negras, temos nossos olhos embotados por cimento e lágrimas¹⁷, agentes de uma construção falida e expropriadas da possibilidade de produzir a própria vida.

Clóvis Moura (1994) conceitua o racismo enquanto arma ideológica, oriunda e construída no pensamento europeu. Desenvolverá, inseparavelmente, da expansão imperialista e compõe, por consequência, a expansão do capital e espoliação da massa de trabalhadores. Neste mesmo sentido, trazendo ao cenário contemporâneo, a contribuição do autor é valorosa, quando atribui ao racismo característica de mecanismo polifórmico e ambivalente, portanto, adaptável a realidades históricas distintas.

Por compreender que existe um “sistema de opressões interligado” (Akotirene, 2019), a instrumentalidade do conceito de raça será observada como elemento estrutural na dinâmica social. Deste mesmo modo, buscamos o projeto feminista negro, suas postulações teóricas, nas imbricações cruzadas entre racismo, cis-heteropatriarcado e capitalismo, retornando ao objetivo de pesquisa, para ler as mulheres negras trabalhadoras.

É oportuno dizer, que houvera um longínquo processo de disputa em defesa do direito a espoliação, pois, nestes parâmetros, há de se justificar que exista grupos identitários e racializados inferiores, tendo por base, formulações infundadas – a

¹⁷Utilizando enquanto referência a música “Construção” de autoria de Chico Buarque.

exemplo das capacidades físicas e teleológicas dos brancos, a despeito da população negra e da força de trabalho feminina, em relação a força de trabalho masculina.

Em uma concepção higienista e irracional, a colônia no contexto latino-americano abrigava os povos “indolentes” e sumariamente “atrasados”, por sua inconsciência psicológica. O racismo, em outras palavras, - na medida que opera enquanto ideologia –, tenta justificar o tráfico negreiro (Moura, 1994) e a exploração com propósito de acumulação de riqueza.

Não obstante, pode-se considerar que gênero se inscreve para mulher negra indissociavelmente às questões de classe e raça, em patamar de igualdade analítica. Obviamente, de forma particular, as opressões supramencionadas são experimentadas concomitantemente, e se diferem da branquitude pelas mazelas da raça e vice-versa. O sexismo, por sua vez, que atravessa as vivências das mulheres negras e mulheres brancas, subdivide mulheres e homens a funções específicas, inscritas na história mais recente. Em contrapartida, as mulheres negras sempre estiveram no âmbito do labor e das condições de trabalho das mais sub-humanas, inclusive, anteriormente ao modo de produção capitalista.

Neste movimento de reestruturação do trabalho, as relações sociais que se constituíram no contexto de Brasil, formou contingente de trabalhadores e trabalhadoras negras que ofereciam mão de obra responsável por serviços não qualificados. Podemos pontuar as atividades domésticas, trabalhos de cuidado e serviços de limpeza, trabalho não pago ou mal remunerado que é essencial para reprodução social capitalista.

Portanto, não se trata apenas de relações meramente no chão do mundo do trabalho, sem o entrelaçamento das experiências das mulheres negras. Reivindicamos o exercício teórico-metodológico para tentar compreender, especificamente nosso público de análise, mulheres (gênero) negras (raça) trabalhadoras (classe).

2.1 EXPROPRIAÇÕES E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NEGRO E FEMININO NO BRASIL

Como anteriormente mencionado, este capítulo se compromete a estudar as formas de expropriação do trabalho às mulheres negras. Inicialmente, nos atentaremos ao marco conceitual da expropriação em direção à particularidade das

mulheres negras. Isto posto, a expansão capitalista, em contínua alteração de sua dinâmica no que há de mais refinado e tecnológico, impuseram formas mais complexas de exploração do trabalho. Por razões de ordem prática é fundamental para o capital, a força de trabalho permanece abstraída do trabalhador.

Será impreterível retornar à teoria marxiana, necessariamente no Livro I, *O Capital* (Marx, 2002), no que se refere ao trabalho abstrato na sociedade de classes. Karl Marx (2002) analisa a categoria do trabalho abstrato como o trabalho social, resultante de dispêndio de energia – a força humana empregada – para a produção de determinada mercadoria, em que se demanda determinado tempo para sua produção. Diferentemente do contexto de produção pré-capitalista, em que a produção se alicerçava em subsistência – ou seja do trabalho genuinamente concreto – que se resumia ao estritamente necessário, no contexto capitalista, atribui-se um valor superior a qualidade concreta e útil do produto final, o que pode se chamar de valor de troca.

A lógica social capitalista, desde as primeiras décadas da consolidação do capitalismo industrial à atualidade, usurpa da classe trabalhadora a atividade de criação e alteração da realidade concreta, quando explora a sua força de trabalho a serviço da acumulação do capital. Diante disso, o processo de exploração originária do trabalho humano exigiu um remodelamento para a expropriação da força de trabalho, em um movimento essencialmente complexo e sofisticado.

Neste sentido, emergem as novas formas concretas de ser e de apropriação do trabalho alheio, por parte dos detentores dos meios de produção. Destas conformações conflitantes de disputa entre as classes dominantes (burguesia) em detrimento das classes subalternizadas (classe trabalhadora) surgem formas, ao longo da história, aviltantes de trabalho cujo objeto central é atribuição de mais valor.

Conforme as contribuições de Marx (2013) a relação estabelecida entre capital de trabalho cria mecanismos de poder e dominação que escamoteiam e degradam a classe trabalhadora. Destaca-se que é condição inerente do capital, elementos característicos mais basilares. O capital se valoriza recriando formas de extração do mais valor e de exploração do trabalho. Dito isto, em vez de somar as opressões, se enseja observar o lugar do trabalho das mulheres negras pela inseparabilidade de elementos estruturantes, de raça, de gênero e classe. De forma crítica, como experimento, podemos observar a expansão do capital em natureza catastrófica, que

tem impactos notáveis e estão em tudo que envolve as classes sociais, em uma perspectiva de totalidade.

Inclusive, no que se refere à ameaça à vida humana, o desenvolvimento capitalista se alimenta e retroalimenta da devastação descomunal do meio ambiente, culminando em completo colapso ambiental de formas inimagináveis. Por base de uma perspectiva interseccional, a destruição da ação humana recai em grupos étnicos e identitários de forma particular. Podemos mencionar a perspectiva do racismo ambiental em face disto, a maneira que incidem sobre povos originários, populações ribeirinhas e em bairros marginalizados, seja pelo acesso precário aos bens e serviços, seja pela permissibilidade da exploração do território de pertença de determinado grupo.

Para adensar mais o debate, as contribuições de Virgínia Fontes (2008) acerca das expropriações dentro do contexto de expansão capitalista, nos parecem oportunas. Como parte de um mesmo processo, a expropriação do trabalhador se desenha anteriormente à existência do próprio capital, através de um processo fortemente violento através – como dito anteriormente – da expropriação da terra e do campo no processo de acumulação primitiva. Com base nestes estudos, compreende-se que no contexto de século XXI, se assiste ao avanço permanente de expropriação, exploração e devastação de formas variadas de propriedade capitalista, seja em poses de terra – devastação da floresta amazônica a exemplo disso pelo agronegócio –, mas, sobretudo, no avanço da tecnologia da informação que gera novas formas de exploração do trabalho.

Por base dos estudos de Fontes (2008) a expropriação surte efeitos enquanto base social que possibilitou a exploração da força de trabalho, sobretudo, ao se considerar que repousava nela a base de dominação do capital, pois dela se resulta a disponibilidade perene para a extração da força de trabalho. Toda a vida social, nestes termos, se forma a partir da produção e, portanto, não se baseia apenas nas relações mais objetivas de trabalho mas nos vínculos que se estabelecem a partir dele, nas relações mútuas entre os seres sociais, à baila da produção de mercadorias.

O objeto estudado, a relação entre mulheres negras e a expropriação sócio historicamente, revela a herança das estruturas sociais da época colonial, alicerça da sociedade hierarquizada atual, que se divide em uma espécie de “castas” sociais nas quais grupos distintos exercem papéis específicos (Nascimento, 2010). Contudo, será de fundamental importância que esta condição, sobre a qual dar-se o nome de divisão

sexual do trabalho, resulta em condições degradantes e ultrajantes as mulheres, em grande maioria as mulheres negras.

Acerca disso pode-se mencionar dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que atualmente temos um número de cerca de 67 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os) adultas(os) no mundo, sendo que destes, 80% corresponde a mulheres. Situando a particularidade do contexto de América Latina e região Caribenha, o número corresponde a 18 milhões deste total, em que 88% são de mulheres (OIT, 2023b). Ainda, segundo o mesmo estudo, o trabalho doméstico representa vínculo precário e remunerações mais baixas do mundo, “abaixo da metade do salário-mínimo no mercado de trabalho”.

A exploração do trabalho vincula-se a processos de sujeição e estratificação racial e de gênero. A raça e dominação de gênero subdivide homens e mulheres em condições específicas de trabalho como construto de racialização e da dominação patriarcal na ordem capitalista.

Estes apontamentos extrapolam a objetividade do mundo do labor, tratam-se, pois, de relações sociais, no nosso caso, em contexto de Brasil. Segundo o pensamento de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 36) as relações sociais se distinguem em cada momento histórico em determinadas e específicas condições. Em essência, “a produção não se trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas”.

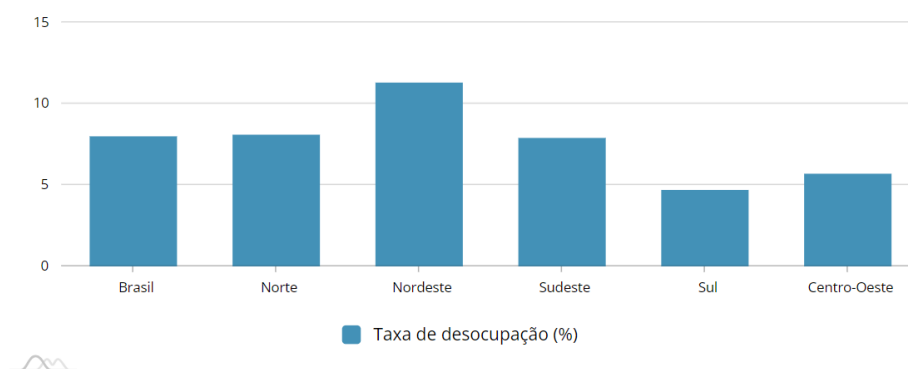
Em vista disso, pode-se compreender que, para além da discussão objetiva das virulências do trabalho desempenhado, se enseja aprofundar-se do que a exploração do trabalho no contexto capitalista, imprime a massa de trabalhadores e trabalhadoras livres, em outras palavras compreender o “processo de relações sociais entre classes” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 59), situando nosso foco de análise, as mulheres negras trabalhadoras. Estas questões, no entanto, não se resumem a meras questões relacionais mas entranham-se em formas concretas de precarização da vida cotidiana.

Pensar, portanto, no trabalho negro feminino por base de uma consciência de classes é analisar o impacto da expansão sem precedentes do capital a este conjunto de trabalhadoras. Pode-se citar, analisando a totalidade do conjunto de trabalhadores, como o elevado número de desemprego estrutural em decorrência do aumento do subproletariado e trabalho precário (Antunes, 2020), influi diretamente nas formas de subsistência da população.

Segundo dados da Agência Brasil (2023), em fevereiro do ano de 2023 mais de 80% das mulheres no Brasil estavam vivenciando o endividamento. Fato que se justifica através da desigualdade social, no que se refere a salários, empregabilidade, ausência na ocupação de cargos de liderança em relação aos homens, e circunscritas na história como referência em relação à organização do lar. De acordo com a mesma fonte, a utilização de meios de compra como o uso do cartão de crédito apresenta a possibilidade de “esticar o orçamento doméstico” para assumir as despesas básicas.

Conforme os estudos realizados pelo PNAD¹⁸ contínua, uma iniciativa de cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, no segundo trimestre do ano de 2023, tínhamos cerca de 8,6 milhões de desempregados, somados ao equivalente a 3,7 milhões de desalentados¹⁹. De volta ao debate, neste contexto de exploração do trabalho onde qualquer trabalho é melhor ao desemprego, a expropriação enquanto categoria da teoria social crítica, representa o desapossamento da classe trabalhadora – explorada – das condições que possibilitam o próprio trabalho. Os dados que se apresentam no gráfico 1 intitulado “Taxa de desocupação no Brasil e nas Grandes regiões”, figuram o quantitativo de trabalhadores fora da força de trabalho. Nesse universo, a região do Nordeste corresponde ao maior índice de desocupação em relação às demais regiões.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação no Brasil e nas grandes regiões



Fonte: Brasil (2024).

Deste modo, a propriedade capitalista, contextualizada na contemporaneidade, se dinamiza a partir da ampliação da expropriação dos meios de trabalho. Vale

¹⁸Pesquisa Nacional por Amostra à Domicílio (PNAD).

¹⁹Desalentados segundo a perspectiva do IBGE representam indivíduos que não se candidatam a vagas de trabalho por entender que não serão contratados.

ressaltar que, em essência, a expropriação inscrita em Marx (2011, apud, Fontes, 2008) abordada por Fontes (2008, n.p.) não estaria estritamente na desapropriação de terras e posses, mas em um complexo e refinado processo de produção de trabalhadores livres, que tem usurpado de si “a materialidade concreta que lhe define enquanto indivíduo”. Em outros termos, passa pelo processo de síntese da existência humana à mera condição de mercadoria, representada pela venda da sua força de trabalho.

Demarca-se então, que o trabalho na ordem capitalista, em sua natureza carrega consigo o estranhamento: “O estranhamento se alicerça pela negatividade, falta de pertencimento do sentimento de perda e desefetivação do produto gerado pelo trabalhador, não pertence ao seu criador” (Antunes, 2020, p. 110). A classe que vive do trabalho se desencontra de si mesmo, desconhece a capacidade de criação e elaboração.

Esta condição, onde a extração dos meios fornecidos pela natureza, é estamento que propicia a conversão do dinheiro em capital, portanto, nas relações de produção da vida material, objetivamente e subjetivamente, assim sendo a expropriação²⁰. No momento atual, convivemos com formas pretéritas de exploração do século passado junto a novas formas atualizadas de extração de mais-valia.

Contraditoriamente, o Estado – enquanto mecanismo fundamental a acumulação capitalista - através do ordenamento jurídico por base do Direito, atua para inibir práticas de exploração análogas ao trabalho escravo. Em resposta a expropriação de propriedade rurais e urbanas no contexto brasileiro, tem ocorrido certa movimentação por parte da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no que se refere às propriedades que desenvolvem trabalho escravo. O projeto de lei 5.970/2019, que prevê alteração na Constituição Federal, e se encontra em tramitação, se aprovado, estabelecerá desapropriação das propriedades por parte do Estado, sem qualquer indenização ao proprietário. (Brasil, 2023)

²⁰Podemos evocar o pensamento de Fontes (2020), em entrevista ao canal da Boitempo Youtube, acerca da relação sócio metabólica que se estabelece entre o ser social e a natureza que, no que se refere ao debate das expropriações parece ser indispensável, considerando a alteração do meio ambiente a partir da ação humana. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JxPEWzeADLI&pp=ygUfdmlyZ2luaWEgZm9udGVzIGV4cHJvcHJpYcOnw7Vlcw%3D%3D>>. Acesso: 20 set. 2024.

Outro aspecto conjuntural que ressaltamos, são as práticas de trabalho análogo à escravidão ou práticas de trabalho forçado, que permanecem reincidentes em escala global. Podem ser distinguidas através de “servidão por dívidas, tráfico de pessoas e outras formas de escravidão moderna”. Por definição, tratam-se de “todo trabalho ou serviço que é exigido de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade e para qual essa pessoa não se voluntária”, conforme definido na Convenção sobre o Trabalho Forçado da OIT 1930 (nº 29) (Brasil, 2023, n.p.).

Essas transformações no mundo do trabalho, nesse sentido, não superam negligências à vida humana e ferem os preceitos básicos da Constituição Federal, principalmente, no que se refere a preservação da dignidade humana. Partindo da compreensão um pouco mais ampliada do direito brasileiro, a partir de considerações críticas, desde a formação e o desenvolvimento do sistema jurídico em sua execução, pode-se notar insuficiência no cenário moderno na realidade complexificada. Neste ponto, se acrescenta a concretização e efetivação das leis no cotidiano, que, por mais que no marco legal tenham uma perspectiva de atendimento das necessidades humanas, por vezes desconsideram as demandas oriundas do conjunto de minorias sociais. Necessitando, portanto, de alternativas que consigam chegar a intervir na realidade ilustrada.

A formulação do Trabalho Decente (OIT, 2023), a exemplo disso, enquanto marco regulatório, se baseia em um esforço coletivo de ofertar oportunidades a homens e mulheres, em postos que consigam desenvolver o trabalho produtivo e de qualidade, onde os direitos sejam devidamente respeitados e resguardados. Será importante também, a menção da garantia de equidade em salários entre homens e mulheres, interligado aos quatro dos objetivos estratégicos da OIT, a saber:

1. O respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
2. A promoção do emprego produtivo e de qualidade;
3. A ampliação da proteção social;
4. E o fortalecimento do diálogo social.

Em uma perspectiva de análise de conjuntura, pode ser percebida que a atividade laboral sofre influência das metamorfoses do mundo trabalho. Contudo, não se abandona formas deletérias e arcaicas de trabalho em estágios anteriores da produção capitalista. O capitalismo contemporâneo com a lógica destrutiva ampliada – intensificado pelo avanço tecnológico digital – pode ser caracterizado por uma

gigantesca massa de trabalhadores disponíveis para vender a força de trabalho em escala planetária (Antunes, 2020, p. 91).

A classe trabalhadora atual – referindo-se a totalidade de trabalho social – figura-se em uma totalidade de assalariados, trabalhadores informais e desempregados despossuídos dos meios de produção, dentro de uma concepção teórico crítica da realidade. Tem-se atualmente uma massa de trabalhadores e trabalhadoras, ampla, heterogênea e fragmentada, se comparada com o proletariado industrial do Séc. XIX e Séc. XX.

Isto posto, a questão que permanece no capital é que o trabalho assalariado no contexto de produção capitalista contemporâneo, se deriva da complexidade da fetichização e coisificação que se alargou a partir do processo de desenvolvimento do maquinário, culminou em repercussões no âmbito da subjetividade do trabalho (Antunes, 2020).

Deste modo, o trabalho assalariado que impusera a intensificação da individuação em face ao trabalho coletivo, se solidifica em processo de intensificação de estranhamento. A classe trabalhadora – que paulatinamente debatemos, foi expropriada dos meios de produção – afasta-se da capacidade de criação e se expressa no estranhamento do trabalho, a ponto de não se reconhecer na atividade produtiva que desempenha.

Esse sistema é capaz de ocasionar estranheza ao ponto de que o ser social estranhe a si mesmo, pois o trabalho passa a ser alheio a ele próprio. Na vigência de um sistema de produção de mercadorias, “o trabalhador produz não para si, mas para o capital” (Marx, 2011, p. 707). Portanto, em meio às incontáveis formas de exploração do trabalho, existem manifestações de estranhamento que atuam fortemente em repercussões na subjetividade humana dos trabalhadores.

Por ser um modo de metabolismo social totalizante, o capital transformou os vínculos entre pessoas – de afetividade e de cumplicidade – em relações sociais entre coisas. Devido à prevalência do trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto, o *modus operandi* da ordem vigente, marcada pela flexibilidade e pela precarização do trabalho, tem, como característica, o expressivo aumento de setores cada vez mais qualificados pelo avanço tecnológico – informacional – digital.

O capital deflagrou, então, formas pretéritas articuladas com tecnologias do século XXI, mescladas com condições de trabalho herdadas do século XX (Antunes, 2020). Pode-se exemplificar, que os resquícios herdados pelo modelo de trabalho no

contexto taylorista/fordista – fragmentado e especializado – se alinham a uma estrutura produtiva marcada pelo uso extensivo da tecnologia e a substituição do maquinário.

2.2 PECULIARIDADES DO TRABALHO PARA AS MULHERES NEGRAS

A temática da expropriação que abordamos é pensada a partir de um cenário desfavorável para as trabalhadoras negras, marcado por intensas violações e recrudescimento de direitos humanos e intensificação da exploração da força de trabalho humana. Com isto, queremos dizer que os mecanismos da dinâmica da extração de mais valor através do trabalho, a base social que possibilitou a retirada de possibilidades de subsistência humana, é articulada permanentemente com transformação dos meios de vida em capital para as mulheres negras. Em síntese, a finalização deste capítulo compila elementos contemporâneos em conjunto com condições subjetivas e objetivas que singularizam o trabalho negro e feminino.

Neste escopo, onde a dinâmica de funcionamento do capitalismo escamoteia a classe que vive do trabalho, a subjetividade humana é sedimentada a partir da objetividade fantasmagórica da produção capitalista (Antunes, 2020). Este processo atua na retirada da capacidade intelectual e física em função da produção de mercadorias pela égide do trabalho produtivo. Indagamos essencialmente neste tópico o processo patenteado pelas relações de trabalho atribuídos às mulheres negras em articulação com o pensamento da intelectual e ativista Ângela Davis (2016).

O espaço de trabalho que ocupam atualmente as mulheres negras, reproduz o padrão estabelecido desde os primeiros anos de escravidão. Aspectos de sua existência ofuscada pelo trabalho compulsório, em que “qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras” (Davis, 2016, p. 17). As mulheres negras, além de suas funções no seio de suas famílias, tinham o papel de reprodutoras de mão de obra escrava. Davis (2016) analisa que os patrões garantiram a todo custo que as mulheres negras pudessem se reproduzir quantas vezes biologicamente fosse possível. Contudo, mantinha-as no exercício de trabalho na lavoura no período gestacional, sem prejuízos à produção da lavoura.

Davis (2016) descreve as mulheres negras em um duplo caráter quanto à questão de gênero: Quando fosse mais lucrativo explorá-las no exercício do trabalho, como homens negros, não se observava a questão de gênero, em contrapartida, nas ocasiões que precisam ser reprimidas, usava-se por vezes, o sexo e estupro pela sua condição feminina: “O estupro como arma de dominação, de repressão para aniquilar o desejo de resistência das mulheres escravizadas e desmoralizar seus companheiros” (Davis, 2016, p. 36).

Destacamos a sua função no período de subserviência ao homem branco (seus senhores), ou seja, trata-se do proveito tirado de seus corpos para beneficie da produção da lavoura e à desfrute de práticas de exploração sexual e estupro. Desse encontro problemático, surgem os mestiços, foco da linha de argumentação das análises feitas pelo autor. O que fica de entendimento para nós, ao nos apropriarmos das considerações de Munanga (1999), é a existência de uma incansável tentativa de dizimar as diferenças culturais e identitárias predominantes na colônia brasileira. Conduzem-nos, dessa maneira, a perceber as primeiras formas de desfalecer as identidades, diferenças e, inclusive, a construção subjetiva dos indivíduos, no caso destacado, das mulheres negras.

Ao resgatar o pensamento de Ângela Davis (2016)²¹ é possível perceber como as estratégias das opressões do racismo e do sexismo, historicamente, são processos dialéticos. Neste sentido, sob a ótica do desenvolvimento do racismo estrutural, tendo como centralidade o desenvolvimento do capitalismo como totalidade, continua sendo extremamente lucrativo para o acúmulo do capital. Formas de exploração e opressão, que foram historicamente criadas, se movimentam de tal modo que só podem ser entendidas através da história. Fica no entendimento, a partir das mediações até aqui realizadas, que as opressões de gênero, raça e classe são elementos plásticos, que se adaptam às novas roupagens do movimento sócio-histórico.

A sobrevida do sistema escravocrata se deu em meio às relações sociais brasileiras em conformidade às estruturas que alicerçaram o país. Têm-se aqui, mulheres imersas na intensidade da própria situação, que subscrevem a sociabilidade

²¹Importante ressaltar a contribuição de Ângela Davis para o pensamento radical dentro da academia. Enquanto uma grande personagem da luta negra nos Estados Unidos, o “pé firme” na academia e na militância, demonstra uma articulação muito interessante e possível entre esses campos. Ao mesmo tempo, enquanto autora que se debruça pelo pensamento marxista, o pensamento de Davis surge a partir da realidade concreta. Davis utiliza da filosofia Europeia a favor da luta negra, enquanto uma ferramenta importante para a transformação da realidade.

que as forma. Parte-se, por assim dizer, de uma formação societária – de passado ressignificado no presente – fortemente marcado pela hierarquia de gênero. Contudo, para as mulheres negras, em período escravocrata existia a possibilidade de angariar alforrias e quantidades de bens e construção de processos de mobilidade social enquanto estratégia de sobrevivência e poder.

No trajeto histórico, no marco temporal do período escravocrata e pós “emancipação”, através das contribuições da historiadora Adriana Dantas Reis (Reis; Xavier, 2012), mulheres construíram relações legítimas com homens socialmente brancos e bem-sucedidos. Segundo o levantamento de testamentos no arquivo público do Estado da Bahia tomando por base o número de 77 homens (entre homens casados e solteiros), 21 deles (13 solteiros e 8 casados), em porcentagem, 27%, declararam ter filhos naturais com mulheres de cor. (Reis, 2012, p. 24). Este elemento, embora fundamental para compreender a possibilidade de estratégia de mobilidade social, não pode ser observado no contexto de coletividade, expresso a exemplo disso no movimento de mulheres negras de custear a euforia de seus irmãos e irmãs.

No período destacado, as mulheres negras não eram apenas concubinas, em alguns casos, se casavam com homens brancos com poder social e econômico. Estas relações contraditórias eram permeadas por conflitos de interesse, ao mesmo tempo, proporcionar-lhes a possibilidade de acesso a outros lugares. Por vezes, segundo Reis (2012) essas relações eram fruto do divórcio, em casos que homens brancos escolhiam envolver-se com estas mulheres para que seus filhos ascendessem socialmente. A violência inerente dessas relações – refletindo historicamente o lugar da afetividade para as mulheres negras – aparenta ser tentativa de descolamento da extrema objetificação para ocupar o lugar de sujeito.

Estas práticas possuem significativa importância na produção na ascensão social e, por consequência, na sobrevivência das mulheres negras. Em contraste com a fragmentação da vida humana, as relações “afetivas” estabelecidas entre mulheres negras e homens brancos proporcionam mobilidade em suas vidas e seus filhos, enquanto projeto de futuro e sobrevivência de suas gerações, juridicamente respaldados através de testamentos. Com efeito, a estratégia pode ser compreendida como problemática uma vez que não ofertou, concretamente, possibilidades de rompimento da lógica operada à época. Porém, pensar esta movimentação como estratégia de sobrevivência nos permite dizer que desde o período as reivindicações e resistências foram articuladas pelo grupo pesquisado.

Ao subverter a lógica operada pelo sistema, as mulheres negras costuram suas vidas a fios de ferro e resistência. Alocadas nos piores lugares, os mais sub-humanos, no que se refere ao acesso ao trabalho e, conseqüentemente, às condições de subsistência. Concomitante a estes fatores, vivenciam uma apurada solidão e desproteção em virtude das mazelas do racismo e do sexismo, cuja existência se dirige a contramão do afeto²². Nesta dinâmica de intensa exploração do trabalho, a captura da subjetividade humana em detrimento da expansão do capital – em seu desenvolvimento para sobreviver – a luta política entre as classes dominantes e a classe trabalhadora explorada.

Por essas razões, podemos analisar que existe uma certa peculiaridade no que toca o trabalho de mulheres negras, em que se poreja sangue e lamentos. Em contrapartida ao valor ontológico do trabalho, enquanto componente vivo de natureza humana, confronta-se com a não realização humana do trabalho – entre o simbólico (subjetivo) e o concreto (material).

Com isto, podemos acrescentar que o pujante processo de expropriação permanece em expansão, extensão e intenso aprofundamento do desenvolvimento capitalismo. Se configura enquanto componente vivo e intrínseco na produção de mercadorias, de modo que a retirada dos direitos – enquanto direitos conquistados pela classe trabalhadora – é mola propulsora ao funcionamento do capital.

Logo, a mulher negra necessita impreterivelmente vender a força de trabalho para subsistência, experimenta a expropriação em sua sujeição feminina e de raça, em que predomina a introdução de desvalorização inscrita no racismo e no sexismo. Historicamente, as condições desprestigiadas da mulher negra estão permanentemente atreladas a aspectos negativos – pela sua dupla dimensão em raça e gênero. Inclui-se um contexto de superexploração da força de trabalho humana:

A relação subalterna de dependência não freara o desenvolvimento das relações capitalistas, com as deformações sob diversas direções, Exemplo claro é a permanência dos latifúndios e a negação da realização de uma reforma agrária, o que alijou trabalhadores rurais em condições degradantes de existência, e o aviltamento dos salários urbanos. (Souza, 2022, p.109)

[..] dentro das peculiaridades do desenvolvimento capitalista nas periferias: Dependente e integrado; desigual e combinado, a partir de dois elementos: o truncamento do valor com a superexploração dos trabalhadores, e um mercado interno precário (Souza, 2022, p. 109).

²²Referenciando o livro de Luana Souza intitulado “Na Contramão do afeto: Narrativas de Mulheres negras”.

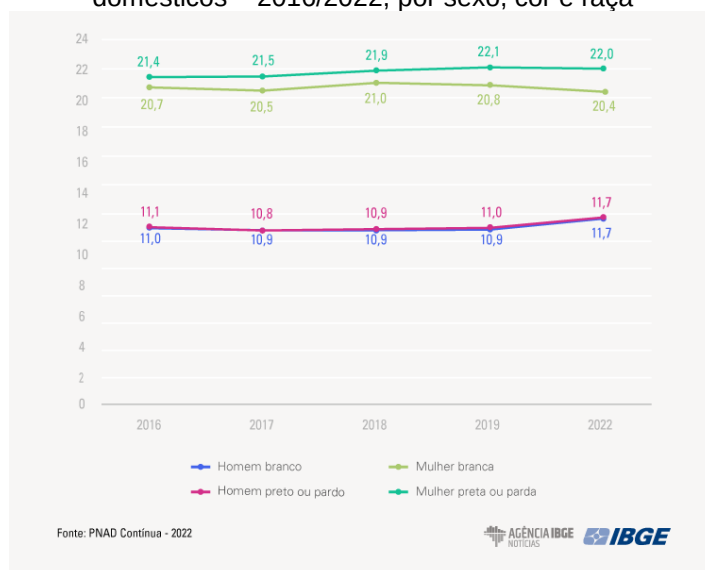
A expropriação da mulher negra, portanto, estaria em uma imensidão de sentidos. Concernentemente, o binômio inscrito em Gonzalez (2022) – que ampliamos no sentido de encruzilhadas de opressões em Carla Akotirene (2018) – da experiência de ser mulher adensou o vilipêndio no mundo do trabalho. Por meio de um longínquo processo de rejeição, que não se restringe ao mercado de trabalho, e dentro de perspectiva eurocentrada, em que o indivíduo se sobrepõe ao coletivo, a mulher negra está à mercê da própria sorte, vitimadas a exploração capitalista.

Fruto da construção social, trata-se de um processo cíclico, em que se unem mecanismos de subjugação, onde as mulheres negras são socializadas para vivenciar a subalternidade no mundo do labor. Estão inseridas na informalidade do trabalho, como forma de dissimular sua condição inserida na vulnerabilidade social, resultante da expressão da “questão social”, disto, somam-se um quantitativo expressivo de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres negras.

Segundo dados recentes do Governo Federal, em março de 2024, cerca de 83,4% das famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família são chefiadas por mulheres, de um total de 20,9 milhões. O Programa enquanto transferência de renda objetiva atuar no combate à fome, obedece a critérios socioeconômicos e de vulnerabilidade social. Em decorrência do acesso precarizado do mercado de trabalho, mesmo com a renda das transferências de renda para garantia dos mínimos existenciais, trabalhadoras negras são sujeitadas a condições de trabalho insatisfatórias, sobretudo, considerando a necessidade de reparação histórica a este grupo historicamente explorado.

Em grande maioria, mulheres negras assumem funções de cuidado com a família na esfera da reprodução social dos indivíduos. Segundo dados do IBGE (Brasil, 2022), as mulheres negras desempenham quanticamente mais trabalhos voltados ao cuidado em relação às mulheres brancas e muito mais, a respeito disso segue o gráfico 2 que refere-se ao tempo destinado a atividades domésticas, definidos por gênero e raça:

Gráfico 2 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos – 2016/2022, por sexo, cor e raça



Fonte: Brasil (2022).

Reportando-se a historiografia que utilizamos anteriormente, nossos antepassados experimentaram a desgraça de serem arrancadas do convívio do núcleo familiar, não obstante, em detrimento dos serviços que foram a elas impostos. Em contexto contemporâneo, embora possamos observar que houve um intenso processo de alteração da realidade, pode-se perceber que a permanência do conflito e dos interesses de classes permanecem intactos. A serviço das classes brancas dominantes, as mesmas que estão cada vez mais ricas, empunham a maioria da população, explorados e oprimidos, continua cada vez mais cada vez mais pobre desempregada, subempregada e nas piores condições de vida (Gonzalez, 2020, p. 211).

A ascensão social do negro brasileiro ocorre em termos individuais, ele passa pela lavagem do branqueamento (Gonzalez, 2020, p. 212). Em atenção à crítica da autora, contextualizada em época de sua escrita, pode-se observar que Lélia nos conduz a refletir acerca dos projetos individuais em detrimento dos coletivos. Passado e presente se assemelham nesse aspecto, o simbolismo de uma esperança branca de desgarrar-se das opressões faz com a população negra chegue a rasurar a própria realidade, porém em termos de estrutura sofre pouquíssima alteração.

Segundo a ONU a estimativa de 55,6 milhões de mulheres negras no contexto brasileiro, cerca de 41,1% das mulheres negras possuem renda de 58,2% em relação às mulheres brancas. O mercado de trabalho demonstra disparidades em oportunidades, incluindo-se no acesso – ou não acesso – ao mercado de trabalho

formal e equiparação salarial digna. Há um drama recorrente experienciado pelo negro na tentativa de adaptabilidade à sociedade de trabalho livre. Resultado este de um passado degradante, em que foram empurrados irreversivelmente às novas circunstâncias. (Souza, 2022, p. 83)

Não obstante, segundo o site Folha do Brasil (Lisboa, 2024, n.p.), as mulheres negras representam o grupo com maior incidência de suspeita de dengue, o número corresponde a 26%, problema de saúde pública no ano de 2024. Isto pode ser explicado pela insegurança habitacional que acomete a população mais empobrecida, pela dificuldade de coleta de resíduos, lixo e pelo acesso a saneamento básico de baixa qualidade, fatores que são preponderantes na proliferação do mosquito transmissor e, em decorrência disto, na transmissão da doença.

A expropriação que sistematicamente altera as relações concretas dos indivíduos na contextualização toda a experiência das mulheres negras é cerceada não somente da capacidade de projetar projetos de vida mas de produzir concretamente possibilidades de subsistência. Toda experiência sensível das mulheres negras é promovida pelas configurações e pelas consequências das mazelas advindas da raça, da classe e do gênero.

CAPÍTULO III – UM POSSÍVEL CAMINHO DE VOLTA?: Leitura das expropriações por meio do Marxismo negro e do feminismo negro

O capítulo que encerra esta pesquisa apresenta um balanço crítico da contribuição do marxismo negro e feminismo negro ao entendimento da conexão expropriações e trabalhadoras negras. Para melhor ilustrar e dar concretude às formulações do objeto de pesquisa, foi desenvolvido um ensaio teórico e crítico, por meio de revisão bibliográfica, de análises preliminares das duas correntes de pensamento. Além da colaboração significativa das perspectivas teóricas desses intelectuais, - que compõe conceitualmente o escrito - se trata da demarcação política vinda de uma experiência histórico-social no mundo do trabalho. Assume posicionamento cujo enfoque está na sociologia da práxis, de modo que a vida cotidiana através do engajamento militante, profissional e intelectual, é capaz de contribuir teologicamente na produção científica.

A expropriação, em termos práticos, se expressa em um conjunto de elementos estruturais de um projeto social que sujeita trabalhadoras negras frontalmente a um trabalho aviltante e alienado. De modo que a lágrima clara escorre a pele escura desde que o samba é samba²³, em diferentes formas de intensificação do trabalho em cada tempo histórico. O entrelaçamento de raça, gênero e exploração em contexto de capitalismo dependente notícia um território é atravessado pela multiplicidade de colonialismos atuando concomitantemente. Não por acaso existe esforço intelectual de feministas negras e/ou marxistas negros de realizar leituras e interpretações dando ênfase a classe, gênero e raça. Estas construções teóricas se centralizam em elementos que considerem a estrutura em diálogo com experiências coletivas que incitam possibilidades de intervenção prática, considerando lideranças em processos de uma coletividade.

O uso dessas duas ferramentas analíticas para evidenciar diversos mecanismos que incidem na existência das mulheres negras trabalhadoras apresenta uma possibilidade interpretativa. Nesta sessão apresentamos um panorama ilustrativo localizado na dinâmica de uma economia dependente e expropriação do trabalho para

²³Em referência à música “desde que o samba é samba”, anunciamos de forma poética para fazer referência ao longo período de exploração a vida da população negra. É possível concluir – por base de consulta simples em bibliotecas virtuais, como scielo e o google acadêmico - que o samba tem origem nas rodas de samba de pessoas negras escravizadas.

as mulheres negras, pela visão panorâmica das contribuições de autores como Daniel Montanez Pico e Hobisson, outros pensadores antes mencionados, como Clovis Moura, Franz Fanon, Lélia Gonzalez e Angela Davis, pensamento feminista negro pelas contribuições de bell hooks e Kimberle Crenshaw que demarcaram o lugar de produção de conhecimento a partir da leitura de classe e de raça.

Este caminho alargou consideravelmente os horizontes de análise, de modo a possibilitar aproximações reais deste objeto de pesquisa e seus desdobramentos. Tal devolutiva surge de um caminho de volta, onde as percepções que significam a vida, dão lugar a leitura coletiva do marxismo negro e o feminismo negro. Ao mesmo tempo, politicamente denota autocrítica à produção em serviço social que pouco tem congêneres a este trabalho. Estes entendimentos reflexivos de uma jovem marxista e feminista negra sobre si própria e ao coletivo, revelam como as experiências de uma integração social perversa ao povo negro constroem sínteses sobre o objeto de estudo.

Cumprir dizer que o marxismo negro reúne ensaios de intelectuais negros capazes de realizar a leitura da realidade mantendo a centralidade da classe e da raça. Teve participação significativa em teses políticas de grande relevância, como o Pan-africanismo. Enquanto teses propositivas teve fundamental contribuição em perspectivas de análise que percebe a possibilidade de transversalização do pensamento de diferentes autores. A batalha ensejada pelo Marxismo negro é a contrapartida à teoria clássica que compreende o racismo como ferramenta complementar a exploração do trabalho, ele surge do confronto, uma vez que compreende a raça e classe como elementares ao capital e, portanto, indissociáveis (Pico, 2024). Esse esforço se trata de uma teoria marxista que se localiza a partir da experiência da população negra, especialmente, como elementos complementares. O marxismo negro, no entanto, propõe um diálogo permanente sem particularismos, como adotados nos movimentos negros liberais. De acordo com autor mencionado, o século XVI representou um marcador importante para os marxistas negros quanto a organização da força de trabalho por meio de critérios raciais, em especial população negra e indígena. No entanto, antes mesmo de teorizar estes postulados o conceito de raça é crucial:

Raça é aqui um constructo ideológico que legitima uma discriminação de caráter fundamentalmente econômico que determina hierarquias sociais e quer dar conta do fenômeno pelo qual no sistema capitalista o valor da força de trabalho da maioria população considerada como não branca é

consideravelmente inferior ao da maioria da população considerada como branca (Pico, 2024, p. 34).

Assim, o negro historicamente se construiu através da diferenciação racial. Intrinsecamente articulado à exploração capitalista que desenha sua experiência histórico-social, sua individuação é marcada pela expropriação dos meios de vida e subsistência categorizando-o em grupo específico, como descrito em Moura (2019). O Marxismo negro coloca a raça em evidência na estrutura social, outras palavras, no centro do problema do capitalismo, não de modo a complementa-lo mas como situa-lo como componente da expansão capitalista. Essa demarcação conceitual da raça, possui forte impacto na medida que nesta:

[...]perspectiva do racismo é concebido fundamentalmente como uma série de práticas, discursos e atitudes dirigidas a legitimar, organizar e manter a superexploração dos sujeitos e povos de “cor”, um eixo de dominação fundamentalmente econômico e de classe (Pico, 2024, p. 38).

Portanto, o marxismo negro redefine as relações de raça e classe na medida em que costura os dois eixos de subordinação sem hierarquizar. Cabe dizer que os marxistas negros estudam o racismo não somente enquanto uma ideologia, mas sim a partir de “fundamentos materiais que sustentam e fazem emergir como ideologia” (Pico, 2024, p. 34), em outras palavras, estaria no movimento histórico de sua origem. Outro ponto importante a ser levado em consideração é o lugar dessa produção científica, protagonizada por homens e mulheres negras, por um longo período vistos meramente enquanto objetos de estudo e, em primeira instância, vistos pela academia como despossuídos de capacidade crítica.

Contudo, assim como outras teorias, passa por um longo processo de amadurecimento de onde surgem lacunas no decorrer do caminho. A exemplo disso Pico (2024) considera que as críticas por dentro do marxismo negro foram exitosas para ampliar as perspectivas de análise. Em vista disso, os progressos teóricos mais significativos dos marxismos negros tem sua origem nos questionamento protagonizados pelas feministas negras. O feminismo negro enquanto um movimento político tem em suas proposições teórico-metodológicas a insurgência da análise interseccional da raça e do gênero. Nesta perspectiva amplia e robustece ao marxismo negro na medida que realiza crítica por dentro, assim como teve papel de alargar a capacidade de compreensão do feminismo branco. E neste caminho que este capítulo final pretende seguir: pelo desejo revolucionário de apontar caminhos de volta como protesto que sai o olho do furacão.

3.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O Marxismo negro emerge como uma perspectiva teórica que integra as análises marxistas tradicionais com uma compreensão crítica das questões raciais. Essa abordagem destaca que a análise da classe social, para ser completa, precisa incluir dimensões de raça e colonialismo, frequentemente ignoradas pelo marxismo ortodoxo. “Essa ideologia, profundamente perversa, desvia a atenção, disfarça e minimiza a intensa divisão racial do trabalho que segue existindo” (Pico, 2024, p. 37). Pensadores desafiam o eurocentrismo do marxismo tradicional e propõem uma visão mais ampla das relações de exploração e opressão, em contraponto o marxismo negro encontra nos movimentos de emancipação política e resistências o centro de sua produção intelectual, solo fértil da produção teórica.

Robinson (1983), argumenta que o marxismo convencional não consegue captar plenamente as dinâmicas específicas da opressão racial enfrentada pelos povos africanos e seus descendentes na diáspora. Robinson defende que o capitalismo não é o único sistema de dominação, mas que a escravidão e o colonialismo constituem formas de exploração distintas, que operam paralelamente ao capitalismo. O autor afirma que a experiência negra de resistência não pode ser vista apenas como uma extensão da luta de classes europeia, mas deve ser entendida como parte de uma “tradição radical negra”, que surgiu em resposta às condições únicas enfrentadas pelos povos negros em contextos de escravidão e colonialismo (Robinson, 1983, p. 23).

Essa tradição radical negra, de acordo com Robinson, reconfigura as relações de classe e raça, indo além da análise marxista tradicional ao integrar a resistência cultural e política dos negros ao entendimento das lutas sociais. Enquanto o marxismo ortodoxo foca predominantemente na luta entre o proletariado e a burguesia, o marxismo negro amplia esse escopo, incluindo as formas de opressão racial e colonial como elementos centrais na análise das relações de poder e exploração. Deste modo, o marxismo negro deve ser considerado como “recepção e reinvenção dos postulados marxistas, dentro das tradições históricas das lutas dos movimentos negros” (Pico, 2024, p. 44).

Angela Davis (2016), complementa essa visão ao expandir a análise da opressão de classe para incluir raça e gênero. Davis argumenta que o capitalismo opera não apenas como um sistema econômico de exploração, mas também como

um sistema de dominação que utiliza raça e gênero como ferramentas para dividir e subjugar a classe trabalhadora. Para Davis, a opressão racial e de gênero não pode ser desvinculada das dinâmicas capitalistas, pois o capitalismo perpetua e reforça essas desigualdades para manter a sua estrutura de poder (Davis, 2016)

Davis critica a visão reducionista de classe que prevalece no marxismo tradicional, sugerindo que a luta de classes deve ser entendida como entrelaçada com as lutas raciais e de gênero. Para ela, o capitalismo, o racismo e o patriarcado não operam isoladamente, mas de maneira interdependente, reforçando-se mutuamente para manter a hierarquia social. Essa crítica é central para a reconfiguração das relações entre classe, raça e capital no pensamento do marxismo negro.

O feminismo negro surge como uma resposta à invisibilidade das mulheres negras tanto no movimento feminista quanto na análise marxista. Enquanto o feminismo branco tradicional frequentemente ignorava as questões raciais e o marxismo focava exclusivamente na classe, o feminismo negro busca integrar gênero, raça e classe em uma análise interseccional das opressões. A interseccionalidade, conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw, ora antes mencionado, é um dos pilares teóricos do feminismo negro e propõe que as experiências de discriminação e opressão não podem ser compreendidas apenas a partir de uma única identidade social, como gênero ou raça, mas sim como uma sobreposição de várias identidades que interagem entre si.

Crenshaw (1989) argumenta que a discriminação vivida pelas mulheres negras no local de trabalho, por exemplo, não pode ser entendida isoladamente como sexismo ou racismo. Para ela, é necessário um entendimento que reconheça a interseção dessas identidades, revelando como as mulheres negras são afetadas por uma forma específica e complexa de opressão. A interseccionalidade permite uma análise mais abrangente das desigualdades sociais, enfatizando que as mulheres negras enfrentam múltiplas formas de opressão simultaneamente, que não podem ser separadas em categorias distintas (Crenshaw, 1989, p. 139-144).

bell hooks²⁴ (2015), critica o feminismo branco por negligenciar as experiências das mulheres negras e não enfrentar adequadamente as questões raciais. hooks argumenta que o patriarcado e o racismo estão profundamente interligados, e que

²⁴A autora reivindica a escrita de seu nome em caixa baixa (minúsculo).

qualquer análise feminista que ignore o racismo é incompleta ou, no mínimo, incipiente.

As mulheres negras sócio historicamente enfrentam desafios econômicos significativos devido à pobreza, vulnerabilidades e à discriminação racial, o que torna sua luta por justiça social única. A soma dessas esferas de subordinação se intercalam de modo a gerar opressões das mais diferentes naturezas. O feminismo negro, então, busca integrar a análise de classe, raça e gênero para promover uma justiça social mais inclusiva e abrangente, com vistas a superar a subalternização das mulheres negras e demais minorias sociais.

3.2 ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

A história das mulheres negras, diante de uma análise de contexto e conjuntura, está intrinsecamente ligada ao processo de expropriação em múltiplas dimensões: recursos naturais básicos e coletivos, da disputa por território, corpos e direitos, ao longo de séculos de escravidão, colonização, exploração no mercado de trabalho e neocolonialismo. Para compreender essas dinâmicas de exploração e resistência, o marxismo negro e o feminismo negro fornecem abordagens teóricas distintas, mas complementares. Enquanto o marxismo negro enfatiza o papel do capitalismo racial no processo de expropriação, o feminismo negro propõe uma análise interseccional que aborda também as dimensões de gênero e dissidências de gênero. Ao analisarmos a escravidão, colonização e o mercado de trabalho, podemos entender como essas duas teorias interpretam a expropriação e como se cruzam e divergem em suas abordagens.

Na obra “A integração do negro na sociedade de classes”, o sociólogo Florestan Fernandes analisa o período histórico pós-abolição, afirmando que:

A desintegração do regime escravocrata e senhorial ocorreu no Brasil sem que fossem providenciadas medidas de assistência ou garantias que amparassem os antigos escravizados durante a transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram liberados da responsabilidade de manter e garantir a segurança dos libertos, enquanto o Estado, a Igreja e outras instituições se omitiram de assumir qualquer encargo especial para preparar os ex-escravos para a nova ordem de vida e trabalho. O liberto se viu, de maneira abrupta e repentina, responsável por si mesmo e por seus dependentes, apesar de não possuir meios materiais para enfrentar essa situação dentro de uma economia competitiva. Essas condições desumanas impostas ao antigo trabalhador escravizado conferiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. Ela se tornou, como afirmava Rui Barbosa anos mais tarde, uma ironia atroz (Fernandes, 2008, p. 29).

Ao contrário da visão de que houve um abandono despretensioso e eventual da população negra por parte do Estado após a abolição, é possível perceber que o povo negro foi de forma sistemática e combinada alvo do Estado em sua natureza excludente e vítima do racismo já existente, perpetuado e endossado por outros atores sociais. É importante ressaltar que parte considerável desse abandono é condição que propicia a manutenção do processo de exploração da vida humana. O movimento que se formou em torno da população negra no Brasil revela que foram expropriadas dos mínimos existenciais, legitimando um processo de dura e sinuosa perseguição e criminalização ao qual foi submetida demonstra um controle estatal rigoroso, mantendo-a sempre sob vigilância. Esse é um dos mecanismos que compõem a estrutura do Estado genocida. O racismo, como um fenômeno de exclusão social, tornou-se uma constante desde então. A transformação do estereótipo de inferioridade racial para o de criminalidade serviu, mais uma vez, para justificar a violência e as práticas opressivas direcionadas a esse grupo.

Para o escravo, destituído de sua liberdade e inserido em uma sociedade que vivia da extração da força de trabalho, a condição de estrangeiro era imposta devido à sua distinção étnica. Essa marginalização servia como um meio de negar-lhe direitos e privilégios dentro daquela sociedade, permitindo que ele fosse explorado sem resistência (Lovejoy, 2002). O racismo, nestas diretrizes, não se estabelece “genericamente do ópio contra o outro” ele é um produto que aparece historicamente do desenvolvimento das forças produtivas, da relação entre capitalismo atravessado pela exploração de classe (Pico, 2024).

Por dentro da tradição radical negra, ao considerar a formação social, a escravidão - em países cuja dinâmica é dependência - funcionava como uma instituição estruturada, de forma alguma como elemento marginal. Se o fosse, a escravidão se apresentaria residualmente às estruturas sociais e econômicas, de ínfima e residual, desconsiderando sua função essencial no processo de acumulação, assim como à outros contextos de formação societária, pode ser mencionado Antigo Egito, Grécia e a Roma, que não se utilizava de critérios raciais mas sim de artifícios culturais.

No entanto, denotando a escravidão lugar de centralidade no desenvolvimento do capital dependente, torna-se atividade fundamental para a constituição social e econômica. Nessa condição, os escravos amplamente utilizados em diversas atividades, incluindo a produção, o poder político e militar, além da servidão

doméstica, inclusive sexual. Para sustentar esse sistema, era necessária uma oferta constante de escravos e um comércio que os distribuísse, neste momento em uma lógica mercadológica – sem constituição da categoria mercadoria inscrita em Marx, pois é pregressa ao capital. Fator resultante a aumento significativo da população escrava, impactando a organização da sociedade.

Dessa forma, a escravidão se tornava um componente essencial do processo produtivo, com características adicionais. Moses I. Finley destacou a importância desse desenvolvimento:

A escravidão, então, é transformada como instituição quando os escravos desempenham um papel essencial na economia. Historicamente, isso significou, em primeira instância, seu papel na agricultura. A escravidão se acomodou ao estado amplo sob condições radicalmente diferentes [...] e muitas vezes existiam pequenos grupamentos livres espalhados ao lado. O fato de que tanto os escravos quanto os homens livres faziam trabalho idêntico era irrelevante; o que importava era a condição do trabalho, ou melhor, em benefício de quem e sob que (ou de quem) controle era conduzido. Nas sociedades escravocratas, o trabalho assalariado era raro, e o trabalho escravo era a regra sempre que uma tarefa fosse grande demais para que uma família a conduzisse sem auxílio. Essa regra se estendia da agricultura à manufatura e à mineração, e algumas vezes até mesmo ao comércio e às finanças (*apud* Lovejoy, 2002, p. 39-40).

Segundo Lovejoy (2002), na África, a escravidão passou por essa transformação em diferentes épocas e proporções. Isso ocorreu como resultado da consolidação de um modo de produção baseado na escravidão, no qual a relação entre organização social e processo produtivo se mantinha por meio desse sistema. Esse modo de produção escravista existia quando a estrutura social e econômica de uma sociedade integrava a escravização, o tráfico de escravos e a utilização interna dos cativos em um sistema coeso. Os escravos eram, então, empregados como força produtiva, desempenhando diversas funções dentro desse processo. Mesmo quando realizavam funções sociais ou religiosas, essas eram secundárias em relação aos usos produtivos.

A escravidão transatlântica foi uma das formas mais brutais de expropriação vivida pelas mulheres negras. Durante esse período, as mulheres africanas foram arrancadas de suas terras e culturas, transportadas à força para trabalhar nas plantações e nos lares dos colonizadores europeus. Sua força de trabalho foi explorada ao extremo, mas a expropriação não se limitou ao seu trabalho: os corpos das mulheres negras também foram expropriados e tratados como propriedade. Além de serem forçadas a trabalhar em condições desumanas, muitas foram estupradas

sistematicamente, contribuindo, inclusive, para a perpetuação do sistema escravista pela reprodução forçada de filhos que nasceriam escravizados (Davis, 2016).

Dentro do marxismo negro, esse processo é interpretado como uma parte essencial da acumulação primitiva de capital. De acordo com Cedric Robinson (2000), a escravidão foi um dos mecanismos centrais pelos quais o sistema capitalista emergente se consolidou. Ele argumenta que a expropriação da mão-de-obra negra serviu diretamente ao desenvolvimento das economias europeias, cujas riquezas foram construídas sobre o trabalho gratuito de africanos escravizados. A visão marxista negra entende a escravidão como um processo racializado de exploração, onde a opressão racial foi instrumentalizada para maximizar a acumulação de capital (Robinson, 2000, p. 31).

Por outro lado, o feminismo negro, representado por teóricas como Angela Davis e bell hooks, acrescenta uma camada de análise interseccional ao discutir a escravidão. Para essas pensadas, as mulheres negras foram oprimidas não apenas por sua raça, mas também por seu gênero. Davis (2016) argumenta que a escravidão criou uma dupla expropriação para as mulheres negras, que foram exploradas tanto como trabalhadoras quanto como mulheres, sendo submetidas à violência sexual e ao controle reprodutivo. Essa dimensão de gênero, enfatizada pelo feminismo negro, é muitas vezes minimizada nas análises tradicionais do marxismo. Como Davis (2016, p. 45) coloca: "A mulher negra, sob a escravidão, era tratada como uma fonte inesgotável de trabalho e de reprodução, sendo expropriada de sua humanidade em todas as esferas de sua vida".

Com o advento da colonização, as formas de expropriação mudaram de caráter, mas não diminuíram em intensidade. Nas colônias africanas e americanas, as mulheres negras foram novamente privadas de suas terras e recursos, desta vez em nome dos interesses imperiais. O controle sobre a terra e os modos de subsistência tradicionais foi substituído pelo controle colonial europeu, que impôs um sistema econômico que beneficiava exclusivamente os colonizadores. As mulheres negras, antes responsáveis pela produção agrícola em muitas sociedades africanas, viram suas atividades produtivas serem relegadas a tarefas subordinadas dentro do sistema colonial, como o trabalho doméstico ou o trabalho informal.

Na África, a diversidade social que se desenvolveu a partir do período Neolítico abrigava uma variedade de grupos, incluindo povos pastoris (tanto nômades quanto sedentários) e povos agricultores. Esses grupos coexistiam com outros, organizados

em Estados burocráticos poderosos, agremiações étnicas, clãs e confederações tribais (Wedderburn, 2007).

As pequenas sociedades africanas, estruturadas com base em etnia e parentesco, são consideradas as formas sociais mais antigas do continente. Nessas sociedades, havia distinções entre padrões patrilineares e matrilineares, caracterizando um modo de produção denominado "linhagem" ou "doméstico". Elas se organizavam segundo divisões etárias e sexuais, com o poder político concentrado em uma "gerontocracia", onde os mais velhos controlavam os meios de produção e reprodução, fundamentais para a manutenção da sociedade. O controle sobre as mulheres estava diretamente relacionado à dependência da fertilidade e do trabalho feminino, que frequentemente representava a principal força de trabalho nas atividades agrícolas (Lovejoy, 2002).

De acordo com Lovejoy (2002), nessas sociedades, a escravidão não era uma instituição essencial, pois não alterava a base da formação social. A escravização era apenas uma das muitas formas de relações de dependência. Ela se tornava um meio eficaz de aumentar o número de pessoas que desempenham funções essenciais, de controlar aqueles que não possuíam vínculos de parentesco, e de fortalecer o poder individual ou grupal. Além da escravização, existiam outras formas de dependência, como o penhor, em que uma pessoa era retirada de seu grupo para garantir o pagamento de uma dívida. A juventude, que não tinha permissão para participar ativamente das decisões de linhagem, também era uma forma de dependência. Outras instituições de dependência incluíam o casamento e o concubinato.

Além disso, havia dependentes mobilizados conforme os interesses do grupo de linhagem, que eram utilizados em diversas atividades, como trabalho no campo, caça, defesa de cidades ou em cerimônias religiosas (Lovejoy, 2002).

3.3 MARXISMO NEGRO E FEMINISMO NEGRO: chave para interpretação da expropriação

No marxismo negro a colonização é vista como um prolongamento da acumulação capitalista, onde a expropriação de terras e recursos nas colônias alimentou o crescimento das economias europeias. Frantz Fanon (1968) descreve o processo colonial como um ato de violência estrutural, no qual as sociedades colonizadas, incluindo as mulheres negras, foram despojadas de seus direitos básicos e forçadas a adotar o modo de vida imposto pelos colonizadores. Para o marxismo negro, a colonização é uma extensão da lógica capitalista de acumulação por despossessão, que se manifesta na exploração racializada e na desumanização dos povos colonizados (Fanon, 1968, p. 78).

Por outro lado, o feminismo negro examina como a colonização trouxe novas formas de patriarcado que afetaram profundamente as mulheres negras. A teórica Oyèrónkẹ Oyěwùmí (1997) argumenta que o colonialismo impôs uma estrutura patriarcal ocidental nas sociedades africanas, onde as relações de gênero tinham configurações diferentes antes da chegada dos europeus. A expropriação, nesse sentido, foi também uma expropriação cultural e social, com as mulheres negras sendo forçadas a adotar papéis subordinados dentro do novo regime patriarcal colonial. O feminismo negro, portanto, aponta para a multiplicidade de camadas de expropriação que afetam as mulheres negras no contexto colonial: econômica, social e cultural (Oyěwùmí, 1997, p. 55).

Após o fim da escravidão e o processo de descolonização, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho não significou o fim da expropriação. Pelo contrário, o mercado de trabalho capitalista continuou a explorar essas mulheres de maneira desproporcional. Nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres negras foram relegadas ao trabalho doméstico e a empregos de baixa remuneração, sem os direitos garantidos aos trabalhadores brancos. Na África e na América Latina, as mulheres negras foram empurradas para o setor informal e para trabalhos precários, muitas vezes sem garantias de segurança ou proteção social.

De acordo com Robinson (2000), essa exploração contemporânea das mulheres negras no mercado de trabalho global é uma continuação do processo de expropriação racializada que começou com a escravidão e a colonização. Ele argumenta que o capitalismo racial é estruturado de forma a perpetuar a exploração

das populações negras, e as mulheres negras, devido à sua posição na interseção de raça e gênero, sofrem de forma particularmente intensa as consequências dessa exploração (Robinson, 2000, p. 94).

O feminismo negro, por sua vez, contribui para essa discussão ao destacar as especificidades de gênero nessa exploração. Collins (2019) e Davis (2016) argumentam que as mulheres negras enfrentam uma dupla opressão no mercado de trabalho, tanto pela raça quanto pelo gênero. Essa dupla marginalização se reflete em salários mais baixos, condições de trabalho mais perigosas e uma maior vulnerabilidade à violência no local de trabalho. Collins (2019, p. 89) afirma que "o trabalho das mulheres negras é subvalorizado não apenas por serem negras, mas também por serem mulheres, resultando em uma sobrecarga de exploração".

Com o avanço da globalização e das políticas neoliberais nas últimas décadas, as formas de expropriação enfrentadas pelas mulheres negras tomaram novas formas. A globalização trouxe uma expansão das empresas multinacionais e a imposição de políticas de ajuste estrutural em países do Sul Global, onde as mulheres negras foram forçadas a aceitar empregos mal remunerados em indústrias maquiladoras ou no setor informal. A precarização do trabalho e a falta de direitos trabalhistas tornaram-se características comuns do trabalho das mulheres negras nesse novo cenário econômico globalizado.

As lutas necessárias para superar as opressões estão tão entrelaçadas que é praticamente impossível tratá-las de maneira fragmentada. Quando refletimos sobre a luta antirracista, a resistência contra o neocolonialismo e o anti-imperialismo, fica evidente que:

[...] o sistema social que se orgulha do 'trabalho livre' e do 'contrato salarial' só pôde emergir devido à violenta pilhagem colonial, à 'caça comercial de peles negras' na África, ao recrutamento forçado para a escravidão no 'Novo Mundo' e à expropriação de povos indígenas. Longe de ter sido interrompida com a ascensão do capitalismo, a expropriação racializada de povos privados de liberdade ou dependentes tem servido, desde então, como condição oculta para garantir a lucratividade do 'trabalho livre'. [...] Em cada fase, até o presente, a expropriação de pessoas racializadas permitiu ao capital aumentar seus lucros por meio da apropriação de recursos naturais e capacidades humanas, pelas quais nada paga para renovar ou produzir. Por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, cujas vidas e trabalhos são desvalorizados e submetidos à expropriação (Arruzza; et al, 2019, p. 77-78).

O capitalismo mantém sua taxa de lucro por meio de múltiplas formas de exploração, como a transferência de recursos destinados às políticas sociais para o pagamento da dívida pública, a oferta de salários baixos no setor de serviços (que

substitui o setor industrial e sindicalizado), e a proliferação de contratos informais, microempreendedorismo e estratégias de endividamento da classe trabalhadora através do microcrédito.

Dentro desse contexto de opressões intrínsecas ao modo de produção capitalista, emerge o debate sobre a incorporação de algumas pautas da luta LGBTQIA+ pelo capitalismo. Isso revela os limites da emancipação política, já que a população LGBTQIA+ tem sido "aceita" no capitalismo, mas sempre nos termos impostos por esse sistema. Entretanto, a violência da LGBTQIA+fobia persiste, resultando em mortes e mutilações.

Antes do domínio das ideias burguesas, igrejas e comunidades já diferenciavam o sexo aceito do sexo considerado pecaminoso. Com a complexificação das relações de produção capitalista, o modo de vida burguês foi se consolidando, instituindo o binarismo de gênero e a heteronormatividade, sancionados pelo Estado. Na difusão da sexualidade "moderna", o colonialismo, a cultura de massa e os critérios legais estatais desempenharam um papel central – como o reconhecimento legal da família restrita à configuração de homem, mulher e filhos.

No marxismo negro, esse processo é visto como uma extensão da lógica do capitalismo racial. Kelley (2002) argumenta que o neoliberalismo e a globalização aprofundaram a desigualdade racial e de classe, perpetuando a exploração das populações negras no Sul Global. Neste sentido, “partindo do que se entende como experiência histórico-social da maioria da população do mundo” a produção do marxismo negro se compromete a uma compreensão integral (Pico, 2024). Para Kelley, as mulheres negras estão na linha de frente dessa nova forma de exploração, sendo expropriadas de seus direitos econômicos e sociais em nome da acumulação de capital global (Kelley, 2002, p. 112).

O feminismo negro, por sua vez, critica o impacto desproporcional da globalização sobre as mulheres negras, destacando como as políticas neoliberais reforçam as dinâmicas patriarcais. Silvia Federici (2017), ao analisar a economia do cuidado, argumenta que o trabalho reprodutivo realizado por mulheres negras continua a ser essencial para o funcionamento do capitalismo, mas é sistematicamente desvalorizado e explorado. Federici (2017, p. 37) enfatiza que "a economia globalizada não poderia existir sem a exploração do trabalho invisível e não remunerado realizado por mulheres negras em suas comunidades e famílias".

Apesar de séculos de expropriação e exploração, as mulheres negras sempre resistiram a esses processos. Desde as revoltas durante a escravidão até os movimentos feministas e antirracistas contemporâneos, as mulheres negras têm desempenhado um papel central nas lutas por emancipação e justiça. Nos quilombos do Brasil, nas revoltas escravas no Caribe e nas mobilizações feministas do século XX, as mulheres negras têm lutado contra a opressão racial e de gênero, desafiando os sistemas de exploração que as subjugam.

No contexto do marxismo negro, a resistência das mulheres negras é vista como uma parte crucial da luta contra o capitalismo racial. Kelley (2002) ressalta que as mulheres negras desempenharam papéis fundamentais em movimentos revolucionários e radicais, contribuindo para a resistência contra a opressão racial e de classe. Kelley argumenta que essas lutas são momentos decisivos na luta de classes, onde as mulheres negras estão na vanguarda da revolução social e racial. A resistência das mulheres negras, portanto, é entendida como uma manifestação da luta contra a exploração capitalista e a dominação racial (Kelley, 2002, p. 145).

O feminismo negro, por outro lado, coloca a resistência das mulheres negras em um contexto interseccional. Para figuras como Audre Lorde e bell hooks, a luta das mulheres negras não é apenas uma questão de resistência econômica, mas também uma luta pela emancipação total das opressões de gênero e sexualidade. Lorde (1984) descreve a resistência das mulheres negras como uma forma de autoafirmação e empoderamento frente à violência patriarcal e ao racismo estrutural. O feminismo negro enfatiza a necessidade de transformar tanto as relações pessoais quanto as estruturas sociais para alcançar uma verdadeira emancipação. Davis (2016) também destaca a importância da autonomia dos corpos das mulheres negras e da luta contra a violência de gênero e racial como centrais para o processo de emancipação (Davis, 2016, p. 60).

Embora haja pontos de convergência entre o marxismo negro e o feminismo negro, como a crítica à exploração racializada, também existem divergências significativas. O feminismo negro oferece uma análise mais detalhada das opressões de gênero e sexualidade, enquanto o marxismo negro concentra-se mais na estrutura econômica e nas relações de classe. No entanto, ambas as abordagens são essenciais para compreender a complexidade da expropriação das mulheres negras e para formular estratégias eficazes de resistência e emancipação.

Argumentamos que o chamado "marxismo negro" deve ser entendido como um movimento de recepção, adaptação e até mesmo reinvenção crítica dos princípios marxistas, alinhado com as tradições históricas das lutas dos movimentos negros. Apesar de suas especificidades, consideramos que o "marxismo negro" faz parte de uma tradição mais ampla, que poderíamos chamar de "marxismo do sul global" ou "marxismo anticolonial". Nesse contexto, o "sul" funciona como uma metáfora para a desigualdade sistêmica que afeta a maioria dos países do mundo.

Nesse campo, encontramos diversas figuras e versões descolonizadoras do marxismo, como José Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Ernesto Guevara, Ruy Mauro Marini, Clóvis Moura, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes, pode ser mencionado a expressiva produção desenvolvida por pensadores no Caribe Anglófono, pelas experiências das mais variadas devida a particularidade histórica de 80% da população ser negra, destacados e sistematizados em Pico (2024). Enquanto o marxismo "clássico" ocidental desenvolveu suas teorias a partir da experiência histórico-social de uma pequena parcela do mundo, o que denominamos "marxismo anticolonial" se baseia na experiência concreta da maioria da população global. Ele utiliza o materialismo histórico como uma ferramenta para entender aspectos cruciais do capitalismo que, historicamente, não foram abordados em sua complexidade pelas tradições eurocêntricas. Entre esses aspectos estão a dimensão global do capitalismo, a situação colonial, a questão de gênero e, sobretudo, a relação entre raça e classe.

Acreditamos que incorporar as contribuições de autores como C. L. R. James, Eric Williams, Walter Rodney e Frantz Fanon, com suas análises sobre colonialismo e a agência dos sujeitos racializados, é essencial para demonstrar que a articulação entre raça e classe não é apenas fundamental para compreender a realidade social, mas também é um fator imprescindível para qualquer projeto de emancipação social nas periferias do mundo. A partir da perspectiva dos "condenados da terra", esses autores construíram um pensamento crítico descolonizador. Seu objetivo não era apenas combater a narrativa eurocêntrica sobre o desenvolvimento da modernidade, mas também criar uma práxis radical que conduzisse à libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial e imperialista.

A análise das expropriações sofridas pelas mulheres negras ao longo da história revela um panorama complexo de opressão que atravessa múltiplas dimensões, desde a escravidão e a colonização até a globalização e a exploração no

mercado de trabalho. O marxismo negro e o feminismo negro oferecem perspectivas valiosas para entender essas dinâmicas de expropriação e resistência, quando destaca enunciação, experiências e tradições de luta no povo negro (Pico, 2024).

O marxismo negro fornece uma crítica estrutural do capitalismo racial, abordando a expropriação das mulheres negras como parte de um processo mais amplo de acumulação de capital. Ele destaca a continuidade da exploração racializada desde a escravidão até a globalização, enfatizando o papel do capitalismo na perpetuação das desigualdades. Por outro lado, o feminismo negro acrescenta uma camada de análise interseccional, enfocando as especificidades de gênero e sexualidade na experiência das mulheres negras. Ele ressalta a dupla opressão enfrentada por essas mulheres e a necessidade de uma transformação radical das relações de poder.

Há um genocídio da cultura negra em curso há séculos. No entanto, não basta apenas reconhecer essa realidade; é necessário assumir a responsabilidade pelo rompimento dessa lógica de extermínio e marginalização. Essa opressão tem na branquitude e no mito da democracia racial aliados estratégicos. Ambos são produtos de um projeto de país que não valoriza sua diversidade como riqueza e busca perpetuar o status quo sociorracial.

O rompimento com atitudes repressivas exige ações concretas, sustentadas por legislações eficazes. Nas últimas décadas, o Estado brasileiro, impulsionado pela luta dos movimentos sociais, avançou em alguns aspectos. Em 1989, o racismo foi criminalizado, em 1997 foi sancionada a lei contra o crime de intolerância religiosa, e em 2003 foi instituída a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos Afrodescendentes no currículo escolar.

Apesar desses avanços, todas as formas de exploração e opressão só serão realmente superadas quando o sistema capitalista, que as sustenta, também for abolido. Diante disso, este ensaio ressalta a urgência de reverter esse curso histórico, cujas bases excludentes são a exploração, a desigualdade social, o patriarcado e o racismo. Isso demanda uma transformação social radical, uma prerrogativa que deve ser reivindicada por toda a sociedade. Sem essa transformação, não haverá verdadeira liberdade, equidade e respeito à diversidade.

NOTAS FINAIS: O sangue, o suor e a raça

Este trabalho carrega o título “EXPROPRIAÇÕES E TRABALHADORAS NEGRAS NO CAPITALISMO BRASILEIRO: Cor, suor e marcas” inspirado no álbum de Elsa Soares de 1972, intitulado “Sangue, Suor e raça”, marco histórico na construção da artista enquanto mulher negra. Não é difícil perceber que por parte desta dissertação de mestrado, as narrativas poéticas flertaram com a teoria e, por isso, neste desfecho assim como começo, estampo as notas finais em primeira pessoa.

Ouso dizer que as inquietudes que levaram Elza Soares dar vida ao disco, surgem desconfortos parecidos aos meus. Partem da constituição concreta de nossas subjetividades, em instâncias individuais e coletivas, enquanto mulheres negras trabalhadoras. Em distintos campos de atuação, desenhamos uma postura política e demarcada por este lugar. Em minha condição de trabalhadora negra e expropriada – atravessa pela superexploração do trabalho -, formulo, de certo tempo, a pretensa ideia de contribuir para a produção científica, subvertendo a ordem e os paradigmas de minha condição. Assumo o lugar de mulher negra, pesquisadora, marxista e feminista negra, em esforço contínuo e engajado de não permitir que o suor sofrido da escrita deixe o sangue que escorre dores coagular na caneta.

As contribuições oferecidas ao longo dos capítulos referenciam a expropriação vivenciada pelas mulheres negras, no ferrenho contexto de capitalismo dependente cuja sua origem está na escravidão e colonização. A discussão metodologicamente realizou um caminho de ida e de volta no sentido de aproximar o leitor de um espiral de ideias de grandes estudiosos da teoria social crítica clássica e radical e pelo feminismo negro.

Chegada à finalização deste processo de pesquisa, é possível destacar algumas considerações. Subjacente ao processo de atualização das expropriações, duas premissas fundamentais: as emergências de capital não permitiram a mulheres negras alinhar outras possibilidades de existência mais dignas, desde o trabalho compulsório, em distintas sociedades pré-capitalistas, até a ordem típica do capital. Em outro ponto, o arranjo de particularidades que envolvem o trabalho produtivo e reprodutivo, é erigido pela lógica de exploração colonial e pós-colonial, uma maneira de submissão e sujeição rebuscada. Conclui-se, mesmo diante de um contexto social que se abriga no discurso de modernidade e apogeu das liberdades individuais e

direitos humanos, a dinâmica capitalista é impulsionada pelas manobras violentas da colonialidade, jamais superadas.

Longe de propor respostas cerradas, este estudo apresenta algumas sínteses, acerca da relação histórica da categoria da expropriação atrelada a raça e gênero, vice-versa. Parte, por assim dizer, de uma reivindicação teórica e política, em consonância a um conjunto de autoras, de maioria marxistas e feministas negras, e do solo fértil de militância que construo como defensora de direitos humanos e as liberdades individuais e coletivas. Muito embora - sem demasiados pessimismos - a humanidade beira a barbárie, de modo que a estrutura institucional - pela esfera do estado e das políticas públicas em sua contradição -, seria, portanto, o limite da “expansão da reprodução sociometabólica” mediada pelo Estado, apontada por Mészáros (2015).

Com efeito, nos dois primeiros capítulos o intuito era demonstrar a agência da população negra – força de trabalho explorada – a partir da consolidação da ordem social capitalista no contexto de Brasil, mais especificamente, em relevo ao lugar histórico da mulher negra na economia política, em diferentes contextos – aspectos contemporâneos e retrógrados, anunciando transformações históricas significativas de períodos distintos.

Neste contexto geral, diante da exposição dos capítulos, a escravidão que surgiu como norma imperativa de direito internacional, implicou na experiência moderna, enquanto mecanismo de controle que usurpou a capacidade de construir livremente a subjetividade humana. De fato, se mantém presente nas relações sociais contemporâneas, em contínua metamorfose, proliferando violências e formas aviltantes de exploração no trabalho. Não por acaso, o progresso da dominação continua vivo e onipresente nas relações sociais, como parte fundante. Agregam-se a estes aspectos as opressões de gênero e de raça que montam uma hierarquia onde as mulheres negras constroem a base.

A expropriação, em permanente movimento, se modifica envolve-se as estas malhas. Solapa alternativas de existência digna, de forma diferenciada e aviltante, a corpos diferenciados pela raça e pelo gênero. Enquanto resposta coletiva a este emaranhado de problemas crônicos, há de fato as resistências da classe trabalhadora, destacamos aqui o feminismo negro e o marxismo negro como propostas epistemológicas e movimentações políticas que rompem com os aspectos culturais do imperialismo branco e europeu.

Este estudo não carrega conclusões. Trata-se de uma proposição teórica acerca da leitura da expropriação e de mulheres negras, doravante delineada pela dominação racial, gênero e a exploração de classe. Tudo isso, permite lançar o seguinte prenúncio: a expropriação no âmbito do trabalho consumiu modos de vida distintos a ordem do capital. Fato este que explica a intensa discrepância de acesso a bens e serviços e aprofundamento das desigualdades sociais que ferem mãos e alma das mulheres negras. Neste fechamento não se busca total e absoluta presunções hegemônicas sobre a temática abordada, como antes mencionado, mas apontamentos que matizam reflexões futuras comprometidas com a emancipação de mulheres negras trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Feminismos plurais, 2019.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. 2° ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUZZA, C. *et. al.* **Feminismo para os 99 %**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2023.

BOND, L. Negras são 28% dos brasileiros, mas tem baixa participação política. **Agência Brasil**. Brasília, 7 out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Mães chefes de família não foram proibidas de receberem Bolsa Família. **gov.br**. [Brasília], 15 ago. 2023. Atual. 3 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/3/maes-chefes-de-familia-nao-foram-proibidas-de-receberem-bolsa-familia>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [Brasília], [2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. CDH debate expropriação de terras onde há trabalho escravo. Compartilhe este conteúdo no Whatsapp. **Agência Senado**. [Brasília], 3 abr. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/03/cdh-debate-desapropriacao-de-terras-onde-ha-trabalho-escravo>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRUM, G. Ipea: apenas 52% das mulheres negras estão no mercado de trabalho. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-08/ipea-apenas-52-das-mulheres-negras-estao-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 22 out. 2024.

CABRAL, U. Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza#:~:text=As%20mulheres%20pretas%20ou%20pardas,9%20pontos%20percentuais%20\(p.p.\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza#:~:text=As%20mulheres%20pretas%20ou%20pardas,9%20pontos%20percentuais%20(p.p.).) Acesso em: 7 jul. 2024.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos feministas, V. 10, p 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, 1989, pp.139-167.

DAVIS, A. Apresentação. *In*: RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Racismo e cultura**. Revista Convergência Crítica Dossiê: Questão ambiental na atualidade. n. 13, 2018.

ANTONIO, F. C. **Cadernos Negros**: esboço de análise. Orientador: Maria Betânia Amoroso. 2005. 262fls. Tese (Doutorado em Literatura Geral e Comparada – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**: Um ensaio a interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

FONTES, V. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, Editora: Revan, n. 26, 2008.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FONTES, V. **A transformação dos meios de existência em capital**: expropriações, mercado e propriedade. *In*: Boschetti, Ivanete (Org). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez Editora, 2018, pp. 17-61.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. E a trabalhadora negra cumé que fica? *In*: GONZALEZ, L. **Atenção! Mulheres trabalhando**. São Paulo: Mulherio, 1982.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks. b. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.16: Brasília, p. 193-210, 2015.

IAMAMOTO, M.I. CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

KELLEY, R. D. G. **Freedom Dreams**: The Black Radical Imagination. Boston: Beacon Press, 2002.

LISBOA, L. Mulheres pretas e pardas são as mais afetadas pela dengue. **Folha de São Paulo**. [São Paulo] jan 2024. Disponível em: <
[LORD, A. **Sister Outsider**: Essays and Speeches. Berkeley: Crossing Press, 1984.](https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/02/mulheres-pretas-e-pardas-sao-as-mais-afetadas-pela-dengue-no-brasil.shtml#:~:text=Grupo%20representa%2026%25%20dos%20brasileiros%20com%20suspeita%20da%20doen%C3%A7a&text=Mulheres%20pretas%20e%20pardas%20s%C3%A3o%20o%20grupo%20populacional%20com%20maior,doen%C3%A7a%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde.>. Acesso em: 30 jun 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

LOVEJOY, P. E. **A escravidão na África**: Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Trad. Marcelo Carcanholo. Rio de Janeiro: UFU, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, K. Comentários sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política, De Karl Marx. *In*: MARX, K. **“Contribuição à Crítica da Economia Política”**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. *In*: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 (Livro I).

MÉSZÁROS, Í. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, C. **O Racismo como Arma Ideológica de Dominação**. São Paulo: Revista Princípios nº 34, ago-out, pág. 28-38, 1994

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem. Identidade nacional versus Identidade negra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho – por Beatriz Nascimento. **Portal Geledés**. [S. l.], 25 jul. 2010. Publicado originalmente no jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 25 jul. 1976. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

NERY, C.; BRITO, V. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE Notícias**. [Brasília], 11 ago. 2023. Atual. 24 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 1 ago. 2023.

OIT. **Pronunciamento do diretor da OIT Brasil, Vinícius Pinheiro, sobre 80 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**: uma visão atual e um desafio para o futuro. [S. l.]: 5 maio 2023a. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_880502/lang--pt/index.htm Acesso em: 7 jul. 2024.

OIT. **Série SmartLab de Trabalho Decente**: Cerca de 60 mil pessoas foram resgatadas do trabalho escravo entre 1995 e 2022 no Brasil. [S. l.], 2 maio 2023b. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_880096/lang--pt/index.htm#:~:text=Foto%3A%20Ubirajara%20Machado%2FSecom%20PGT,de%20Pessoas%20%2C%20desenvolvido%20pelo%20Minist%C3%A9rio. Acesso em: 19 out. 2024.

OIT. **Trabalho decente**. <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 7 jul. 2024.

OIT. **Trabalho doméstico**. <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 7 jul. 2024.

RAMOS, et al. Capitalismo dependente brasileiro: retrocessos sociais e avanço do conversadoríssimo reacionário em tempos de crise do capital. In: OLIVEIRA, et al. **Desenvolvimento, Formação Social Brasileira e Políticas Públicas**: Subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando, 2019.

OYĚWÙMÍ, O. **The Invention of Women**: Making an African Sense of Western Gender Discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PICO, D. M. **Marxismo negro**: Pensamento decolonizador do Caribe Anglofono. São Paulo: Dandara, 2024.

REIS, A. D. Mulheres “afro-descentes” na Bahia: Gênero, cor e mobilidade social. In: ____ XAVIER, et. al. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. Selo negro: São Paulo, 2012, p. 24-33.

ROBINSON, C. J. **Black Marxism**: The Making of the Black Radical Tradition. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

ROBINSON, CEDRIC. **Marxismo negro**: la formacion de la tradición radicalnegra. Editorial Traficante de Sueños, Madrid, 2021.

SANTOS, M. As noções de Totalidade, de formação social e a renovação da geografia. In: SANTOS, M. **Por uma nova geografia**: Da crítica a uma nova geografia crítica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, F.F. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. XAVIER, et. al. In: ____ **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. Selo negro: São Paulo, 2012, 244-260.

VOGEL, L. **“Woman questions: Essays for a Materialist Feminism”**. Nova York: Pluto Press, 1995.

WEDDERBURN, C. M. **O racismo através da história**. Da antiguidade à modernidade. São Paulo: Copyright, 2007.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, R. F. de. Trabalho e expropriação de direitos: **“O Sertão vai virar mar e o mar vai virar Sertão”**. Curitiba: Juruá, 2022.